

**ESTADO DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

ROSELI DO NASCIMENTO MOREIRA

**ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS:
UM DICURSO DA LÍNGUA VERNÁCULA NACIONAL**

CÁCERES

2013

ROSELI DO NASCIMENTO MOREIRA

**ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS:
UM DICURSO DA LÍNGUA VERNÁCULA NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Eliana de Almeida.

**CÁCERES-MT
2013**

Moreira, Roseli do Nascimento.

Academia Mato-Grossense de Letras: um discurso da língua vernácula nacional/Roseli do Nascimento Moreira. Cáceres/MT: UNEMAT, 2013.
98 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2013.
Orientadora: Eliana de Almeida.

1. História das ideias linguísticas. 2. Língua nacional. 3. Academia Mato-grossense de Letras - instituição. 4. Análise de discurso. I. Título.

CDU: 81'42

ROSELI DO NASCIMENTO MOREIRA

**ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS: UM DISCURSO DA LÍNGUA
VERNÁCULA EM MATO GROSSO**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Eliana de Almeida (Orientadora – PPGL/UNEMAT)

Dra. Olimpia Maluf-Souza (Membro – PPGL/UNEMAT)

Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (Membro – PPG/IEL/UNICAMP)

Dra. Judite Gonçalves de Albuquerque (Suplente – PPGL/UNEMAT)

APROVADA EM: ___/___/_____

Ao meu pai, **José Carlos** (*in memoriam*).

Ao meu esposo e companheiro, **Ailton**.

Aos meus filhos amados, **Raul e Rodrigo**.

Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Eliana de Almeida, pela simpatia, pelo entusiasmo nas discussões teóricas e, principalmente, pelas orientações.

À Profa. Dra. Olimpia Maluf, pela leitura atenciosa e pelos comentários e incentivos na banca de qualificação.

À Profa. Dra. Claudia Pfeiffer, pela possibilidade do diálogo e por concordar em fazer parte da banca.

À minha mãe, pela torcida eterna e, principalmente, pelo amor, que nunca deixou faltar.

À minha irmã Isabel, companheira incansável, nos momentos alegres ou tristes, não importa, é presença de fé e amor.

À minha irmã Lola, que, longe ou perto, é sempre uma expressão de alegria e força.

À Orlinda, minha sogra, pelo encorajamento.

Aos professores do Programa de Mestrado em Linguística da UNEMAT, pelas orientações e apoio.

Aos colegas do mestrado, da escola, da prefeitura, pelo companheirismo, pelos diálogos, enfim, por fazerem parte, de uma forma ou de outra, dessa minha jornada.

À SEDUC e à SME de Cáceres, por possibilitarem o meu afastamento para a capacitação.

RESUMO

Este trabalho, vinculado aos Estudos e Análise dos Processos Discursivos e Semânticos e ao Projeto de Pesquisa: Topografia Discursiva: uma História das Ideias em Mato Grosso, esta inscrito na área da História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL), que, numa relação com os pressupostos teóricos da Análise de Discurso, analisa a discursividade dos acadêmicos mato-grossenses das primeiras metades dos séculos XX e XXI, buscando compreender os efeitos de sentido do discurso acadêmico mato-grossense, instituídos para a língua, para o sujeito nacional e para o Estado de Mato Grosso, durante o processo de constituição da língua nacional brasileira, bem como a consolidação dessa discursividade no século XXI, quando se comemora os 90 anos de fundação da Academia Mato-grossense de Letras, em Mato Grosso. A partir da análise do material, compreende-se a fundação da Academia mato-grossense de Letras, como um acontecimento linguístico que institui um movimento de memória e deslizamentos linguísticos, por meio dos quais a língua Portuguesa se fez presente, mobilizando sentidos, primeiro para a constituição linguística do Brasil e mais especificamente de Mato Grosso e depois, para rememorar/administrar os sentidos já institucionalizados. Por este viés, vimos na fundação da Academia Mato-grossense de Letras, um gesto que faz intervir um contexto histórico ideológico mais amplo, em que a memória se atualiza e significa na relação da língua e do sujeito e sua relação com a instituição e os espaços de enunciação.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Instituição; Memória; Língua nacional; Academia Mato-grossense de Letras.

ABSTRACT

This work, linked to the Studies and Analysis of Discourse and Semantic Processes and to the Research Project: Topography Discourse: A History of Ideas in Mato Grosso, is inscribed in History of Ideas in Brazil Linguistics (HIL), that, in relation to the theoretical Discourse Analysis, examines the discourse of the mato-grossenses academics in the first half of the XX and XXI centuries, trying to understand the meaning effects of academic discourse mato-grossense, instituted for the language, for the national subject and for the Mato Grosso State, during the formation of the Brazilian national language, as well as the consolidation of this discourse in the XXI century, commemorating the 90th anniversary of the Mato-grossense Academy of Letters, in Mato Grosso. From the analysis of the material, one can understand the foundation of the Academy of Letters in Mato Grosso, as a linguistic event establishing a movement of memory and linguistic slips, by which the Portuguese language was present, mobilizing senses, first to the linguistic constitution of Brazil and more specifically of Mato Grosso and later to recall / manage the senses already institutionalized. For this bias, we saw the founding of the Mato-grossense Academy of Letters, a gesture that brings in a historical context broader ideological, in which memory updates and means in respect of the language and the subject and its relationship with the institution and the spaces of enunciation.

Key words: History of Linguistic Ideas in Brazil; Institution; Memory; national language; Mato-grossense Academy of Letters.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
I. CONSIDERAÇÕES CONTEXTUAIS	13
1. Condições de produção.....	13
2. As condições de produção da discursividade sobre a língua portuguesa do/no Brasil como língua nacional.....	14
3. Academias Científicas e Literárias: um lugar de instituição dos saberes.....	25
4. Academia Mato-grossense de Letras: um ponto de encontro entre a atualidade e a memória.....	29
II. GESTOS DE LEITURA NA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO ACADÊMICO: RELAÇÕES E ANÁLISES	39
1. O material de análise e a definição do <i>corpus</i>	41
2. A fundação do Centro Mato-grossense de Letras: a constituição da função-autor?.....	44
3. Análises.....	46
4. Sentidos em relação: Estatutos do Centro Mato-grossense de Letras.....	51
5. Do Centro Mato-grossense de Letras: O Belo nas Letras.....	60
III O VERNÁCULO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MATO-GROSSO - PARÁFRASE E POLISSEMIA	73
IV ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS E OS SENTIDOS PARA A LÍNGUA NO SÉCULO XXI	79
1. Século XIX e XX: a formação do espaço discursivo do século XXI.....	79
2. Língua Nacional - o discurso acadêmico mato-grossense na contemporaneidade.....	86
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

I - APRESENTAÇÃO

As academias e associações literárias no Brasil – desde o século XVIII, quando foram fundadas as primeiras academias literárias em território brasileiro, até a segunda metade do século XX, quando “[...] se conclui que a língua que se fala no Brasil é o português”, (cf. Guimarães, 1996, p.131) – desempenharam um importante papel, enquanto espaço de construção de uma história/identidade do/para o sujeito e para o país.

A partir da compreensão da importância dessas instituições (academias literárias) no processo de construção e institucionalização de uma memória do/para o povo brasileiro, interessamo-nos em compreender o funcionamento discursivo que culminou com a fundação da Academia Mato-grossense de Letras, em Mato Grosso, no início do século XX, assim como, os efeitos de sentido, instituídos pelo discurso acadêmico mato-grossense, para a língua, para o sujeito nacional e para o Estado de Mato Grosso, considerando, conforme Orlandi (2009, p.10), que desde a segunda metade do século XIX, os trabalhos produzidos no Brasil, na área da língua e da literária, constituem-se em “[...] uma luta por sentidos, por posições de onde dizer a língua que temos [...]”.

Sendo assim, inscrevemos essa leitura na perspectiva materialista da História das Ideias Linguísticas (HIL), que, numa relação com conceitos e dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso - a partir dos estudos produzidos por Michel Pêcheux, nos anos 60, na França e Eni Orlandi, nos anos 80 no Brasil - nos possibilitou refletir sobre as contradições constitutivas do processo de institucionalização e legitimação da língua portuguesa, como língua nacional brasileira, e conseqüentemente, sobre os efeitos dessas contradições, na discursividade dos acadêmicos mato-grossenses.

Da mesma forma, essa perspectiva discursiva nos facultou compreender ainda que, independente do período em que se dá a discursividade de seus acadêmicos (no século XX ou XXI), a Academia Mato-grossense de Letras, como as demais instituições desse gênero (academias de letras/literárias ou científicas), já é, por si mesma, uma materialidade simbólica que institui um movimento de memória e deslizamentos linguísticos, por meio dos quais, a língua se faz presente.

Assim, inicialmente, o *corpus* a ser analisado foi constituído pelo discurso acadêmico mato-grossense da primeira metade do século XX, mais especificamente, pela discursividade produzida por esses acadêmicos no período de 1921, quando a Academia Mato-grossense de

Letras foi fundada, até 1950, quando se constitui a identidade linguística do Brasil, legitimando a língua portuguesa, como língua nacional brasileira.

Contudo, durante nosso percurso de análises, nos deparamos com os discursos produzidos pelos atuais acadêmicos da Academia Mato-grossense de Letras. Em uma edição especial, no final do ano 2012, *A Revista da Academia Mato-grossense de Letras* fechou o ciclo de comemoração dos 90 anos da Instituição em Mato Grosso. E novamente, a questão da língua estava posta. Não resistimos e ampliamos o nosso *corpus*, incluindo nele, o discurso acadêmico mato-grossense da contemporaneidade.

Como resultado, este trabalho, *Academia Mato-grossense de Letras: um discurso da língua vernácula nacional*, busca compreender, os efeitos de sentido¹ para a língua nacional, o sujeito, Estado-região, postos em circulação pela Academia Mato-grossense de Letras, na primeira metade do século XX, bem como a consolidação dessa discursividade no século XXI.

Para tanto, organizamos nossas reflexões em cinco capítulos, incluindo as considerações finais, sendo que:

No primeiro capítulo, faço algumas considerações, abordando o contexto sócio histórico de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX, para então refletir sobre as condições de produção da discursividade sobre língua portuguesa do/no Brasil, desde o início do processo de colonização portuguesa até o final do século XIX. Ainda nesse capítulo, procuro fazer algumas reflexões sobre a constituição da discursividade sobre as academias científicas/literárias, buscando compreender como o funcionamento discursivo em circularidade, que caracterizou as instituições acadêmicas literárias como *espaço de produção e disseminação de saberes sobre a língua e a literatura nacional de um país/nação*, foi constitutivo do percurso argumentativo que permitiu ao sujeito-intelectual mato-grossense interpretar o momento histórico que o Brasil vivia, e fundar o *Centro Mato-grossense de Letras*.

No segundo capítulo reflito sobre os gestos de leitura na constituição do arquivo acadêmico, considerando, conforme Pêcheux (1982), que nas instituições do Estado, que geram a memória, alguns sujeitos são autorizados a ler, escrever e interpretar, produzindo assim, leituras originais. Os outros, podem apenas repetir, fazer uma leitura literal que produz

¹ De acordo com Orlandi (1990), [...] a noção de efeitos de sentido nos remete ao fato de que os sentidos são intervalares, eles se encontram nas relações: a) dos textos com suas condições de produção (ai incluídos o sujeito e a instituição), b) entre os diferentes textos, c) do dizer com o que é dito etc.

um efeito de evidência sustentada pelo já-dito, pelos sentidos institucionalizados. A partir dessas reflexões, apresento o material de análise, bem como algumas reflexões de Foucault (1969), sobre a constituição da função autor, para em seguida analisar como essa função é constituída na *Acta da Sessão de Fundação do Centro Mato-grossense de Letras (1921)*, nos *Estatutos do Centro Mato-grossense de Letras (1921)*; e as peças de retórica *O Centro Mattogrossense de Letras (1921)* e *Sedes Brasileiros (1924)*, considerando as formações imaginárias dos intelectuais mato-grossenses ao produzirem seus discursos, assim como as formações discursivas dominantes e constituintes dessa discursividade.

No terceiro capítulo, reflito sobre os sentidos postos para *vernáculo e/ou língua nacional*, na discursividade os intelectuais mato-grossenses. Para tanto, retomo alguns materiais de análise, observando o funcionamento da paráfrase e da polissemia no processo de institucionalização de sentidos, para a língua portuguesa no Brasil.

No quarto capítulo, procuro fazer uma reflexão sobre os sentidos para a língua, postos em circulação pelos intelectuais mato-grossense no século XXI. Para essa reflexão, discuto as condições de produção constituinte dessa discursividade, considerando que o dizer (sobre a língua) desses intelectuais, oscila entre o mesmo e o diferente.

Nas considerações finais, retomo algumas reflexões e análises realizadas ao longo do trabalho, procurando buscando elaborar algumas compreensões sobre os sentidos para a língua vernácula/língua nacional, postos em circulação pelos intelectuais mato-grossenses, nas primeiras metades dos séculos XX e XXI, a partir das condições de produção dessa discursividade.

II – CONSIDERAÇÕES CONTEXTUAIS

1- Condições de produção

As primeiras décadas do século XX deram início a uma série de mudanças na província de Mato Grosso. Mudanças essas que começaram com a ascensão do Bispo *Dom Aquino Corrêa* ao governo do Estado de Mato Grosso e a instalação de instituições e entidades de fomento à ciência, à cultura e à escrita, como jornais, revistas, o Instituto Histórico de Mato e o Centro Mato-grossense de Letras.

A fundação dessas instituições fazia parte das aspirações do então presidente da Província, *Dom Aquino* e de um grupo de intelectuais, que pretendiam através das *letras*, tornar o Estado de Mato Grosso nacionalmente conhecido, tanto por suas riquezas naturais quanto pelo seu desenvolvimento cultural e científico. Dentre estas instituições, o *Centro Mato-grossense de Letras*, através de sua produção acadêmica como as obras literárias, os elogios, as conferências e sua própria constituição histórica, produziram sentidos para a língua nacional, durante o processo de gramatização² da língua nacional brasileira.

De acordo com Guimarães (1996), é a partir da segunda metade do século XIX que os estudos da língua portuguesa no Brasil fazem com que as ideias linguísticas se organizem de um modo específico, no interior do movimento de ideias do Brasil de então, culminando com a gramatização brasileira do português, sendo que:

1- O primeiro período iria da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX, momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses. Deste momento é a célebre polêmica entre José de Alencar e Pinheiro Chagas; ou a polêmica entre Carlos de Laet e Camilo Castelo Branco.

2- O segundo período iria da segunda metade do século XIX, iniciada pelos debates referidos no parágrafo anterior e pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, pela fundação da Academia Brasileira de Letras no Brasil (em 1897) até fins dos anos 30, quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil: tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1937) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil em (1939) (GUIMARÃES, 1996, p. 127-128).

² O termo *gramatização*, introduzido por Sylvain Auroux, designa “[...] o processo que conduz a descrever e a instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

Dentro desse quadro, nossa pesquisa tem por objetivo compreender parte da história da *Academia Mato-grossense de Letras* no que toca sua relação com os processos de significação de “língua nacional e língua vernácula”, durante esse processo de constituição e institucionalização da língua portuguesa, como língua nacional brasileira e posteriormente, no século XXI, quando a Academia Mato-grossense de Letras completa noventa anos.

Esta compreensão histórica não pressupõe um relato de acontecimentos, com datas e nomes que marcaram momentos importantes, como o faz a história positivista, mas propõe-se sim a compreender o modo como o discurso acadêmico mato-grossense produziu a imagem da língua nacional Portuguesa em Mato Grosso, para o sujeito mato-grossense.

É, portanto, dessa perspectiva que procuraremos compreender os dizeres produzidos pelos acadêmicos mato-grossenses no início do século XX, especificamente no período de 1921 a 1950, quando a constituição da identidade/língua do sujeito nacional brasileiro se definia sob o efeito de uma unidade em relação a Portugal e posteriormente, no século XXI, quando a Academia comemora 90 anos de sua fundação. Dito de outra forma, procuraremos questionar como a instituição da *Academia Mato-grossense de Letras* participou da constituição da língua portuguesa como língua nacional brasileira e, ao mesmo tempo, como agenciou o efeito de *legitimidade* da língua portuguesa em território mato-grossense.

A nossa pesquisa tem como sustentação teórica a Análise de Discurso, a partir da qual buscamos compreender como se produz, pela memória do discurso, os gestos de interpretação em relação à língua chamada *nacional*, em Mato Grosso, considerando que “[...] a Análise de Discurso teoriza a interpretação visando compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos” (ORLANDI, 2005, p.26).

Consideramos assim que, ao analisar a produção dos acadêmicos mato-grossenses nas primeiras metades dos séculos XX e XXI, poderemos compreender parte do funcionamento de uma época, de uma prática social que funda sentidos que produzem efeitos até os dias atuais. Ao supormos que os sentidos se produzem em dadas condições de produção e que não decorrem somente da intenção dos sujeitos, pode-se considerar, então, que esses sentidos significam historicamente na formação de uma sociedade.

2- As condições de produção da discursividade sobre a língua portuguesa do/no Brasil como língua *nacional*

Para compreender os sentidos constituídos para a língua nacional, nos discursos que marcaram a fundação da *Academia Matogrossense de Letras*, no período de 1921/1950,

acreditamos ser necessário refletir sobre a discursividade produzida sobre a língua nacional brasileira, desde a segunda metade do século XIX até a primeira metade do século XX – período no qual se deu a constituição da língua nacional brasileira – considerando, conforme a perspectiva teórica com que trabalhamos, que a língua e o sujeito são afetados pela história.

Com isso, não pretendemos fazer um levantamento linear e contínuo dos fatos, como o faz a história positivista, mas sim, trabalhar esses acontecimentos enquanto circunstâncias de enunciação, pois, de acordo com Pêcheux (2010, p. 73), para se compreender determinado processo discursivo, é necessário estudá-lo, tanto em suas variações específicas, considerando o fundo “invariável da língua”, quanto nas “circunstâncias” em que ele aparece.

No entanto, buscar as circunstâncias em que esse discurso aparece, não significa que buscaremos sua origem, pois para a Análise de Discurso, é impossível chegar ao momento fundador de um discurso, considerando que sua heterogeneidade constitutiva³, o remete para o infinito das relações interdiscursivas. Ou seja, “[...] um discurso remete a outros discursos, frente aos quais ele é uma resposta direta ou indireta, ou dos quais ele “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos” (PÊCHEUX, 2010, p.76). Em outras palavras, para a Análise de Discurso, não há discurso que não se relacione com outros discursos, posto que:

Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2010, p.39).

Nessa perspectiva, consideramos, conforme Orlandi (1996), que no processo discursivo, sobre a língua nacional em Mato Grosso, os sentidos não estavam completos e não foram dados *a priori*, mas foram constituídos na relação com outros discursos (o já dito/não dito, mas que se poderia dizer sobre a língua nacional), em determinadas condições de produção.

Por isso, para compreender os sentidos produzidos pelos dizeres dos intelectuais mato-grossenses, devemos, enquanto analistas de discurso, dar visibilidade à maneira que essa discursividade foi construída, descrever as condições que possibilitaram a emergência desses dizeres no universo discursivo, ou seja, considerar as “condições de produção” de seu aparecimento no contexto imediato e no contexto mais amplo.

³ Para J. Authier (1984 apud ORLANDI, 2008, p. 46) a heterogeneidade constitutiva se dá porque o sujeito e seu discurso são constituídos pelo Outro. Orlandi (Ibidem, p. 46) esclarece que vem dessa noção “[...] a ideia de que o sujeito da linguagem é determinado por sua relação com a exterioridade: é um sujeito des-centrado, dividido, essa divisão tendo um caráter estrutural e estruturante, que coloca em pauta o visível (mostrado), que na perspectiva do discurso, corresponde ao “dizível”.

Orlandi (2010, p.31), define as condições de produção no sentido imediato, como as circunstâncias de enunciação, ou o contexto imediato em relação a quem, quando e onde diz. E no sentido mais amplo, as condições de produção referem-se à formação social, à ideologia e à história. Contudo, no processo discursivo, as circunstâncias de enunciação e o contexto sócio histórico e ideológico funcionam conjuntamente, ao lado da memória, enquanto interdiscurso. Pensada dessa forma, a memória como interdiscurso, segundo Orlandi (2001), consiste no saber discursivo, e o sujeito, por sua vez, é considerado enquanto uma posição sujeito discursiva:

O sujeito, na Análise de Discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva) (ORLANDI, 2001, p.99).

Assim, conhecer as condições de produção de um dado discurso é fundamental para sua compreensão, porque os sentidos retomados, derivados e/ou deslocados no processo discursivo só são possíveis dentro daquelas condições de produção determinadas, cujas possibilidades de sentidos constituem-se pelo já-dito, que as estabeleceu e possibilitou, pela linguagem, um acontecimento discursivo⁴ outro, pois de acordo com a autora:

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi (ORLANDI, 2003, p.30).

É, portanto, nessa perspectiva que lançamos nosso olhar para os discursos sobre a língua nacional brasileira, pois entendemos que os mecanismos discursivos que significaram a língua nacional em Mato Grosso, na primeira metade do século XX, estão intrinsecamente ligados à discursividade que constituiu a língua portuguesa como língua nacional brasileira.

Para compreender o discurso que constituiu a língua portuguesa como língua nacional brasileira, é indispensável considerar como a memória e o imaginário sobre os portugueses e os brasileiros funcionaram na constituição do discurso sobre a língua, uma vez que os

⁴ Ao refletir sobre o *discurso como estrutura e como acontecimento* Pêcheux (2012, p. 17), considera o acontecimento como *o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória*. Nesse sentido, segundo Orlandi (2012, p. 57), o acontecimento *intervém no real do sentido: é gesto de interpretação*.

sentidos instaurados por esse discurso estão presentes, de algum modo, no gesto de fundação da *Academia Mato-grossense de Letras*, na primeira metade do século XX.

Observamos como a discursividade dos acadêmicos mato-grossenses se organiza a partir dos fatos que construíram a história da língua portuguesa no Brasil, de modo a esclarecer e, principalmente, compreender como essa história se materializa e estrutura a discursividade dos acadêmicos mato-grossenses, no período que recortamos.

Oficialmente, o Brasil foi descoberto por Portugal em 1500, no entanto, somente a partir de 1532 a coroa portuguesa inicia efetivamente o processo de colonização e, conseqüentemente, a propagação da língua portuguesa em território brasileiro. Neste período, que vai até 1654, a língua portuguesa é falada por um pequeno número de pessoas: letrados, grandes proprietários de terra (Senhores de Engenho) e uma pequena minoria de funcionários (ORLANDI, 2001, p. 21).

Neste mesmo século os jesuítas chegam ao Brasil com a missão de “conquistar os índios para a igreja” e, para ter sucesso nessa missão, acreditavam que “[...] deveriam adotar o vernáculo local, no caso, o tupi, que era a língua indígena majoritariamente falada na costa do Brasil” (MARIANI, 2004, p. 95). Assim, segundo a autora, essa língua, que nas primeiras décadas foi chamada de *língua brasílica*, a despeito de seu objetivo primeiro (ser instrumento inicial de evangelização) e da diversidade existente, tornou-se a *língua geral* do Brasil-colônia.

Isso porque, a *língua geral*, usada inicialmente em situações específicas de fala, foi conquistando terreno entre os habitantes que nasceram no Brasil, até que passou a ser a língua utilizada no dia-a-dia pela maioria da população – formada por negros e índios – nas várias regiões da então Colônia de Portugal (DIAS, 2001). Enquanto isso, a língua portuguesa era ensinada nas escolas e empregada em documentos oficiais, dando-lhe, já naquele período, *status* de língua de Estado (ORLANDI, 2001).

Somente no século XVIII, diante da necessidade de o governo português consolidar o Estado português em suas colônias, principalmente na colônia brasileira onde já existiam divergências em relação à língua, é que se verificou a inexistência de uma língua oficial em Portugal. Essa constatação compõe as condições de produção constitutivas do discurso da língua portuguesa como a língua nacional do estado-nação português, inaugurando uma nova ordem discursiva para Portugal e suas colônias.

Ao discutir o *Fato da Gramatização*, Aurox (1992), afirma que a constituição das nações europeias trouxe profundas mudanças nas relações sociais (o nascimento do capital

mercantil, urbanização, mobilidade social extensão das relações comerciais, etc.), num período onde a expressão *uma língua, uma nação* significava que as nações, quando transformadas em Estados, deveriam instituir a gramática de *uma* língua nacional e fazer da aprendizagem e uso dessa língua, obrigação para os cidadãos. Como consequência desse processo, havia o abandono das linguagens regionais, à situação de variedades da língua oficial.

Essa prática serviu de inspiração para o *Absolutismo Ilustrado Português*, um regime formado, segundo Falcon (1982 apud HILSDORF, 2002, p.16), do encontro da política e da economia (a absolutista) com ideais de progresso, reforma e filantropia do Iluminismo, representando o “direito natural”, na qual o Príncipe é servidor do Estado, ordenado e burocratizado pela razão ilustrada para garantir “[...] a felicidade e o bem estar dos súditos”, prevalecendo para tanto, as razões do Estado.

A partir desse paradigma, Portugal implantou na América portuguesa, como parte do processo de constituição e unificação da nação/estado português, as reformas propostas pelo Marquês de Pombal, ou seja, a Lei do Diretório de 1757, que impôs ao Brasil, entre outras coisas, o ensino da língua portuguesa, a oficialização do estudo dos clássicos e a proibição do ensino e uso das línguas indígenas, em especial o uso da “língua geral”, considerando que “[...] a terra descoberta, constituindo-se em um pedaço de Portugal além-mar, precisa ter a mesma língua do Rei, de sua nação” (MARIANI, 2004, p. 143).

Assim, no Diretório, a língua portuguesa é, pela primeira vez, tratada como língua do Estado de Portugal, a “Língua do Príncipe”, uma língua erigida em sistema com base no purismo dos que a falaram e a escreveram melhor, tornando, assim, homogêneo e estatal um sistema que, até então, se caracterizava pela diversidade:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que

pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado. (NAÇÃO MESTIÇA, 2011).

A despeito de seu caráter impositivo, pensamos que o Diretório do Marquês de Pombal oficializou o início do processo de gramatização da língua portuguesa no Brasil e instaurou os sentidos que a significaram como: a uma *língua Nacional*, e, ao mesmo tempo, propiciou a constituição do discurso fundador da língua nacional brasileira.

Compreendemos como discurso fundador, conforme Orlandi (2003, p. 12), “[...] os enunciados que nos inventam um passado inequívoco, nos empurra um futuro pela frente e nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido”. Esses enunciados ecoam e refletem os efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica.

São esses enunciados que sustentaram o imaginário português de língua/estado/nação, e conseqüentemente, de uma educação no Brasil colônia, baseada no modelo da educação nobre da metrópole: educação pautada na valorização dos escritores clássicos portugueses, como indicava os árcades da Academia Ulissiponense e na cultura clássica antiga.

Os sentidos instaurados por esse discurso significaram que a *civilização* do sujeito brasileiro estava relacionada à educação/língua da metrópole Portugal. Seus efeitos repercutiram significativamente nas práticas sociolinguísticas do Brasil colônia, onde já era acentuada a diferença entre a língua oral (língua geral/brasileirismo) e a língua escrita (português), e fez surgir uma nova ordem discursiva para a língua do Brasil. A mesma que, ao longo dos séculos seguintes, sustentaria as manifestações de nacionalismo linguístico, constitutivo da discursividade sobre a língua nacional brasileira.

Não obstante, a política pombalina permaneceu e intensificou-se, principalmente no campo linguístico-literário. Assim, entendemos que a criação de academias literárias científicas e a disseminação da preocupação generalizada com o purismo gramatical contribuíram significativamente para que se formasse uma imagem de prestígio em relação à língua portuguesa.

De acordo com Mariani (1996), as primeiras academias literárias científicas do Brasil tinham como incumbência, além de funcionarem como uma associação literária, produzir documentos sobre o Brasil, reafirmando o que se podia e devia ser dito sobre o país/colônia, em um contexto em que estava em jogo a construção de uma identidade histórica própria ao

brasileiro. Era, de acordo com a autora, “[...] um momento-chave na institucionalização de uma língua portuguesa imaginária, modelar [...]”, e essas academias se tornaram parte constitutiva desse processo em território brasileiro, considerando que:

Em um espaço linguístico vazio, ou praticamente vazio, de intervenções, a liberdade de variação é evidentemente muito grande e as descontinuidades dialetais, que afetam essencialmente traços que não se recobrem, são pouco claras. A gramatização, geralmente se apoiando sobre uma discussão do que seja “bom uso” vai reduzir esta variação (AUROUX, 1992, p. 69).

A vinda da família real para o Brasil, no início do século XIX, foi outro importante acontecimento no processo de institucionalização e gramatização dessa língua portuguesa imaginária, em território brasileiro. À medida que a língua falada na corte do Rio de Janeiro tornou-se modelo de “bom uso” da língua portuguesa, imposto aos brasileiros através da escrita, as demais formas de usá-la, assim como as outras línguas em circulação no Brasil, tornaram-se ilegítimas. Nessa conjectura, segundo Orlandi (2001), a língua do Brasil, era a língua do Rei, a língua nacional de Portugal:

A vinda da família real portuguesa para o Brasil desloca em torno de 15.000 Portugueses para a nova sede da Coroa portuguesa. Esse acontecimento vai mudar as relações entre as línguas faladas no Rio de Janeiro. Além disso, o Rei Dom João VI criou, neste momento, a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, instituição cujo papel será fundamental na vida cultural e intelectual brasileira até hoje. Resulta disso um efeito de unidade do português no Brasil. O português é a língua do Rei cujo governo terá sede no Rio de Janeiro, então capital do Reino Português (ORLANDI, 2001, p. 23).

Entendemos que essas mudanças ocorridas no Brasil (a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional e autorização para o funcionamento de tipografias e publicações de jornais) foram desfrutadas apenas pela pequena elite de brasileiros que tiveram condições de concluir seus estudos na Europa/Portugal. O restante da população, sem acesso a uma instrução pública, estava à margem de todo progresso cultural e conseqüentemente, da língua da corte, já que a língua que essa parcela da população dominava, era essencialmente oral.

Para Gallo (1996), na relação com os textos escritos em língua portuguesa, os textos orais produziam um efeito de sentido de multiplicidade e de ilegitimidade (não nacional), pelo fato de constituírem-se necessariamente na relação com textos de língua portuguesa, que neste caso, produziam o efeito de legitimidade e unidade, construído ainda no descobrimento do Brasil, quando esses textos “criaram” discursivamente o Brasil.

No relato do padre Francisco da Nossa Senhora dos Prazeres (apud COUTINHO, 2004, p.327), no século XIX, observamos a materialização da imagem do distanciamento existente entre língua oral e a língua escrita no Brasil:

Presentemente, a língua corrente no país é a portuguesa; os instruídos a falam muito bem; porém entre os rústicos ainda corre um certo dialeto que, enquanto a mim, é o resultado da mistura de línguas das diversas nações que tem habitado no Maranhão [...].

As referências à língua portuguesa e dialeto materializam a ideia do conflito linguístico, significada pela variação linguística existente, não apenas em uma região, mas em quase todas as regiões do país. A imagem de língua legítima e língua ilegítima, que se formou no Brasil, instaurou sentidos que, posteriormente, levaram à instituição da língua portuguesa como língua nacional brasileira.

Com a proclamação da independência do Brasil, em 1822, a questão da língua do/no Brasil passa por um importante deslocamento: deixa de ser uma imposição externa (Portugal para o Brasil), para ser uma questão interna (de brasileiros para brasileiro). Nesse espaço-tempo, cabe aos brasileiros, conforme Orlandi (2000), a construção do Estado e do sujeito brasileiro, através da constituição de instrumentos linguísticos necessários, pois estes representavam a identificação entre povo, língua e nação. Nesse processo de gramatização, a questão da língua nacional continuou sendo o que pensavam os intelectuais (professores, escritores, jornalistas e historiadores).

Na busca pela identidade e unidade linguística do país, esses intelectuais dão início, a partir da segunda metade do século XIX, a uma discussão sobre a língua que se falava, ou deveria se falar no Brasil, fazendo surgir duas posições discursivas: a dos intelectuais que defendiam a unidade linguística com Portugal e a dos intelectuais que, impulsionados pelas ideias românticas e pela realidade linguística do país (marcada pela diversidade), defendiam uma independência administrativa e linguística de Portugal.

Nesse jogo de unidade/diversidade (português lusitano/português brasileiro), os debates, os levantamentos do léxico brasileiro, as regulamentações da instrução pública, os programas de ensino, as produções de gramáticas e a produção literária, assim como a fundação de instituições como colégios e academias literárias, foram fundamentais para a constituição dos sentidos e da língua nacional brasileira, pois, de acordo com Orlandi e Guimarães (2001, p. 24):

Com relação à língua, não se trata somente de saber a língua que se fala, mas de construir um aparelho institucional (tecnologia científica e instituições) para que o Brasil saiba que ele sabe sua língua. É nesse sentido que o processo de gramatização brasileira do português faz parte de um novo espaço de produção linguística.

Em 1897, é fundada, no Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Letras, nos moldes da Academia Francesa (número de sócios, estatutos, tempo de permanência no cargo), com a finalidade, conforme expresso em seus estatutos, de “cultivar a língua e a literatura nacional”. Em sua sessão inaugural, Joaquim Nabuco, o Secretário Geral da Academia, fala sobre o posicionamento que a Academia deveria ter em relação à unidade literária e linguística com Portugal:

[...] A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e assim guarda melhor o seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos da fonte, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. A língua é um instrumento de ideias que pode e deve ter uma fixidez relativa. Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos que se consagram em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época. [...]. (NABUCO apud PINTO, 1978, p. 197).

A Academia Brasileira de Letras tornou-se ponto de referência obrigatória para o trabalho literário e linguístico no Brasil e, em 1915 adotou integralmente a reforma ortográfica, feita por Portugal em 1911. Nesse processo de significação, vemos que existe uma determinação de sentidos que liga a língua ao político.

Compreendemos que, naquela conjuntura, a unidade linguística do Brasil com Portugal representava, para o grupo de intelectuais *legitimistas*, “guardiões da vernaculidade”, conforme Albuquerque e Cox (1997), a possibilidade de manutenção de um idioma clássico como referência da língua/nação brasileira e do sentido, que foi muito além da necessidade de Portugal, de *civilizar o povo brasileiro*, conforme se havia definido na memória discursiva, bem como no imaginário do povo português. Para esses intelectuais, a língua portuguesa, *última flor do Lácio, inculta e bela [...]*,⁵ significava a possibilidade de manter como língua

⁵ *Última flor do Lácio, inculta e bela* é o primeiro verso do poema *Língua Portuguesa*, escrito pelo poeta brasileiro Olavo Bilac. Membro fundador da Academia Brasileira de Letras, Olavo Bilac se destacou como um dos melhores poetas do Parnasianismo brasileiro e pela defesa da prática, no Brasil, de uma língua portuguesa conforme as normas e os clássicos.

nacional, uma língua filiada à tradição inicial das línguas do mundo, ou seja, a tradição greco-latina.

É na tradição latina que devemos buscar a corrente dominante do pensamento linguístico medieval, pois o latim era a língua de toda a intelectualidade e erudição – a língua internacional que unia todos os cristãos letrados, bem como a língua mais bem descrita à disposição do linguista e do filósofo. Na teoria, o grego e o hebraico possuíam o mesmo *status* do latim, reverenciados conjuntamente como as 'três línguas sagradas' inscritas na cruz de Cristo [...]. (WEEDWOOD, 2002, p. 60).

Posicionamento este que contradizia ao discurso dos intelectuais nacionalistas, que postulavam por uma língua nacional que refletisse as características da nação brasileira. No Poscrito de *Diva* (1865) e no Pós-Escrito à 2ª edição de *Iracema* (1870)⁶, o escritor José de Alencar, um dos representantes mais polêmicos dessa corrente, argumenta a favor do rompimento com o padrão linguístico de Portugal:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada. Não é obrigando-o a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das ideias e se molde às novas tendências do espírito [...]. (ALENCAR, 1865 apud PINTO, 1978, p.55).

Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independência política só por si forma sua individualidade. Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se, também, a separação nas ideias, nos sentimentos, nos costumes, e, portanto, na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais. (ALENCAR, 1870 apud PINTO, 1978, p.75).

O discurso desses intelectuais, os *separatistas* (ALBUQUERQUE e COX, 1997), era constituído pelo discurso da ruptura e pela necessidade de se construir uma memória local, desvinculada da memória portuguesa, embora constituída por ela. Para eles, a efetivação desse rompimento se fazia necessária para que os sentidos da nação brasileira tivessem uma nova direção.

Consideramos, no entanto, que as condições de produção constitutivas da discursividade desses intelectuais brasileiros, independente do posicionamento adotado por eles no sentido de instituir uma língua nacional brasileira, além de ter sido constitutivo para a

⁶ PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1 – 1820/1920, fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1978, p. 55-86.

formação da língua nacional, instauraram sentidos que significaram o sujeito intelectual mato-grossense como *parte desse processo de constituição dessa língua*, criando as condições para a fundação, na primeira metade do século XX, da *Academia Mato-grossense de Letras* em um território, até então, política e intelectualmente esquecido pelo resto do país.

Da mesma forma, compreendemos que o discurso que funda a imagem da Língua portuguesa como padrão de *civilidade*, tem em sua base o discurso do Marquês de Pombal. Os sentidos instituídos pelo *diretório*, do Marquês de Pombal, se expandem como modelo de política linguística e definem a língua portuguesa como padrão. Compreendemos, então, que a concretização da aspiração de uma língua portuguesa clássica/soberana criou o espaço discursivo no qual a *língua nacional portuguesa* se fundou no Brasil.

A nosso ver, do ponto de vista do processo discursivo que estamos analisando, a fundação da Academia Brasileira de Letras constituiu-se como um acontecimento discursivo que legitimou o discurso fundador sobre a língua portuguesa no Brasil, ao instituí-la como língua nacional, sob a força do poder da literatura e da tradição de uma língua.

Neste caso, pensamos a instituição Academia Brasileira de Letras como um “arcabouço” de legitimidade sobre o qual os discursos acadêmicos se realizam e se sustentam em função da identidade histórica desta instituição, que é temporalizada e se apresenta, pela memória histórica na qual se filia, com autoridade para legitimar uma língua e/ou uma literatura (ORLANDI, 2008).

Indo mais longe, quando observamos os vários objetivos e sentidos (derivados, retomados, deslocados), atribuídos à instituição da “academia” – desde a Grécia Antiga, quando o termo era utilizado para designar uma comunidade de discípulos de Platão, até o século XX, quando é significada como instituição responsável pelo cultivo da língua e da literatura –, concluímos que a ideologia que regulou o discurso acadêmico no Brasil, durante os séculos XIX e XX, foi se constituindo ao longo dos tempos até se institucionalizar e se naturalizar a partir das práticas acadêmicas, principalmente da *L’académie Française* (Academia Francesa), fundada em 1635, com o objetivo de “[...] trabalhar com todo o cuidado e diligência possível, para dar regras exatas a língua francesa, para torná-la capaz de tratar as artes e ciências” (PEVSNER, 2005, p.80).

Assim, embora o discurso acadêmico francês tenha surgido no século XVII, acreditamos que sua ideologia (o que entendemos ser o princípio norteador desse discurso) constituiu a memória e o imaginário do sujeito intelectual português e, conseqüentemente, do

sujeito intelectual brasileiro e mato-grossense, no período de constituição e institucionalização da língua nacional brasileira.

3- *Academias Científicas e Literárias: um lugar de instituição dos saberes*

Na busca pelos sentidos do discurso acadêmico mato-grossense em relação à língua, durante o processo de constituição da língua nacional brasileira, acreditamos ser fundamental percorrer a historicidade constitutiva da formação dessa instituição, considerando, conforme Mariani (1996, p.75), que “[...] um discurso não existe sem uma discursividade que o constitui”.

Ou seja, para compreender os sentidos constitutivos dessa instituição (academia) é necessário entender como ela se discursivizou ao longo do tempo: da primeira academia-escola, fundada em 387 a. C., nos arredores de Atenas, pelo filósofo grego Platão, até os dias atuais, onde a instituição Academia literária/de letras/científica é uma referência “natural” para a “boa literatura”, para a “língua/norma culta”, enfim para o “conhecimento”.

Esses sentidos, que hoje nos são tão naturais, são resultados, de acordo com Mariani (1996), de longos e lentos processos, nos quais as transformações, do modo como se concebe o sujeito e sua relação com a linguagem e com o mundo, foram constitutivas dos sentidos da instituição.

Conforme Pevsner (2005), a primeira *Academia*, a escola fundada por Platão, só recebeu o nome de *Academia* por ter sido construída nas terras do herói ateniense *Akademus*. No entanto, desde sua origem esta instituição estava ligada ao conhecimento, já que era uma “escola” que se dedicava ao ensino. Nessa escola, através de lições e diálogos entre os mestres e alunos, discutiam assuntos de diversos campos do saber, tais como, a filosofia, a língua, a matemática, a música, a astronomia e a legislação.

Essa prática se tornou comum na Grécia antiga, mas foi interrompida por longos séculos, só vindo a renascer por volta do século XIII, com a fundação da Academia Platônica, na Itália. Essa academia se dedicou a aprofundar o estudo da obra de Platão e de Dante e ao aprimoramento da língua italiana.

Naquele período e nos séculos seguintes, muitas outras academias foram criadas na região, com práticas e objetivos bastante diversificados: algumas academias, de caráter informal, realizavam reuniões só para estudar e debater sobre temas diversos. Outras, com status oficial, se dedicavam aos problemas da linguagem e da filosofia ou ao estudo de

ciências, no sentido mais restrito, ou seja, ao estudo da física, química, história natural. Em alguns casos, devido a grande abrangência dessas academias, tornaram-se “universidade”, ganhando o privilégio de conferir diplomas.

Consideramos, no entanto, que o discurso do *Centro Mato-grossense de Letras*, objeto de nosso estudo, inscreve-se em sentidos que instalaram o movimento academista europeu, iniciado no século XVII, a partir da fundação das academias, na França – a Académie Française (1635) e a Académie des Inscriptions et Belles-Lettres (1663).

Sob a inspiração do iluminismo e do absolutismo europeu, a criação dessas academias, a primeira por iniciativa de Richelieu e a segunda por iniciativa de Colbert, deram as bases para esse novo modelo acadêmico (iniciado na Itália, mas que se efetivou de fato na França), que se espalhou por toda a Europa. Caracterizadas pela prática coletiva da erudição, as academias científicas literárias, a partir daquele momento, efetivamente vinculadas ao Estado, passaram a dedicar-se ao cultivo da razão, do método e da ordem do idioma.

Segundo Pevsner (2005), as razões que levaram o Estado a investir nas academias deveram-se ao novo interesse dos homens daquela época pelo mundo material, pela natureza das coisas e do homem e, ainda, pelos meios de dominá-los. À medida que essa nova mentalidade, voltada para a pesquisa experimental, fortalecia o poder do conhecimento sobre a natureza, o transcendentalismo, que prevalecera na filosofia medieval, ia se esvaindo.

As academias eram, portanto, uma expressão apropriada do espírito filosófico da época, e Estados, convencidos do poder da ciência e da importância do esforço nacional em todos os campos da atividade humana, iriam inevitavelmente se interessar pelos grupos de pesquisa organizados em academias. (PEVSNER, 2005, p. 86).

Com objetivos e normas de funcionamento oficialmente regulamentados, através de seus estatutos e programas, as academias científicas e literárias tornaram-se o núcleo intelectual de referência dos estados/nações. Além de manterem relações de intercâmbio com outras instituições acadêmicas, essas academias dedicavam a diferentes trabalhos artísticos e produções letradas, sendo que “[...] as prioridades iam para as ciências da Natureza, mas abordam-se igualmente questões ligadas à Língua, Literatura e História” (HOLF, 1995 apud PESSOTI, 2009, p. 36).

Ainda, segundo Pessoti (op. cit., p. 37), todas essas atividades – intelectuais e políticas – convergiam para uma função política das mais importantes: “[...] oficializar a língua comum

dos membros da nação”. Para tanto, faziam parte dos seus programas de ação, o levantamento dos diferentes dialetos do Estado-nação e a publicação de dicionários e gramática.

Além do importante papel que assumiram como centros de sociabilidade intelectual e de produção erudita, as academias desempenharam funções políticas de monta. O cultivo da língua e das artes bem como a escrita da história e as pesquisas científicas não eram um recurso meramente erudito (PESSOTI, 2009, p. 37).

No século XVIII, as academias se consolidaram como centros de produção e de disseminação dos mais diferentes tipos de saber. Elas são as mediadoras culturais “[...] da sociedade e da ciência, entre os centros de poder social e intelectuais, políticos e estudiosos” (ROCHE, 1999 apud PESSOTI, 2009, p. 36).

Algumas academias atuavam simultaneamente nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como a língua, a literatura, a história, etc., enquanto outras se dedicavam a um saber específico, como é o caso da *Académie Française*, que se dedicou especificamente à língua francesa, assim como a *Real Academia de História Portuguesa* (1720), que se dedicou exclusivamente à produção de obras históricas.

Isso nos possibilita dizer que o discurso acadêmico brasileiro encontra suas bases de formulação nas fontes ideológicas do absolutismo português que, por sua vez, tem suas bases no pensamento político europeu e internacional do século XVIII, que objetivava constituir e legitimar seu Estado/nação através de uma identidade (língua, povo, território) histórica.

Por isso, neste trabalho não estabelecemos diferença entre as academias que atuavam nas diversas áreas do conhecimento e àquelas que se dedicavam a uma área específica, porque as consideramos, a partir dos efeitos de sentido instaurados no/pelo discurso que produzem e que fazem ouvir desse lugar, como não restritas a uma determinada área de conhecimento.

Da mesma forma, tomaremos como fundador o discurso que serve de base para a prática da instituição acadêmica, como forma de organização das relações nas sociedades ocidentais, já que, segundo Orlandi (2002), o homem sempre buscou controlar – pela palavra e pela instituição – a relação dos sujeitos com o saber. O Estado, em seu funcionamento, produz um imaginário do sujeito do conhecimento – um sujeito do discurso da ciência – e a instituição (escola, igreja, academia, etc.), regida por sistemas de coerção, hierarquias, programas entre outros, é, em sua materialidade, a representação física, a sede, o lugar social de transmissão e produção de conhecimento, “[...] o lugar onde se trabalha a institucionalização da memória de arquivo, a que não se esquece” (ORLANDI, 2002, p. 180).

Ou seja, as instituições acadêmicas fazem parte, segundo Althusser (2010), dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), e, como tal, buscam produzir, através da ideologia e também da repressão (significada por uma prática marcada seleção, exclusão, censura), uma identidade para o sujeito-cidadão, de acordo com os princípios (nacionais e científicos) dominantes. Para tanto, suas normas/estatutos, além de garantir o funcionamento e a legitimidade da instituição, produzem uma memória institucional/arquivo que direciona/controla os sentidos de modo a produzir homogeneização.

Assim, podemos dizer que a ideologia acadêmica é uma prática que serve à manutenção das relações de poder, já que a discursividade dessa instituição se organiza sob as premissas do discurso dominante, para perpetuar as relações de poder que lhe interessa. Para Mariani (1996), a instituição é parte do processo ideológico geral de construção do social. Processo de ‘imposição/dissimulação’ (Pêcheux, 2009, p.123), no qual o sujeito se constitui (se assujeita), e ao mesmo tempo, lhe é apagado o seu assujeitamento às formações discursivas, produzindo o efeito de literalidade, de transparência dos sentidos.

O que chamamos de instituição, do nosso ponto de vista, é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos e a legitimação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São as práticas discursivas e não discursivas que se institucionalizam e se legitimam, ao mesmo tempo em que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social (MARIANI, 1996, p.76).

Ou seja, as instituições tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos sistemas de normas e leis que organizam direções de sentidos e formas de agir no todo social, provocando um efeito de reconhecimento: “todo mundo sabe” (ou deveria saber) o que é aquela determinada instituição.

Esse processo histórico de naturalização das instituições funciona no sentido de torna-las “evidentes”, legítimas e necessárias; da mesma forma, ao longo do tempo, passa-se a considerar naturais os discursos que delas “emanam”, bem como os comportamentos a elas associados. (MARIANI, 1996, p.77).

Diante disso, entendemos que os dizeres da e sobre as primeiras academias, mais especificamente a academia de Platão, fez intervir sentidos para o movimento acadêmico seiscentista (constituído pelo discurso absolutista), constituindo o arquivo do que hoje se apresenta como a memória do dizer sobre as academias. É, então, essa memória que possibilitou os dizeres dos acadêmicos mato-grossenses, no sentido de instituir – a

partir/através do *Centro Mato-Grossense de Letras* – um saber sobre a língua, a literatura e a história do estado/região como se fosse uma prática natural, como se decorresse das necessidades do Estado e do sujeito-cidadão, que se inscrevem como interlocutores/usuários desse discurso.

4- *Academia Mato-grossense de Letras: Um ponto de encontro entre a atualidade e a memória*

Nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, lutas violentas foram travadas em Mato Grosso. Segundo Franco (2007), muitas delas se deram através das armas, outras no campo simbólico das letras. O objetivo das disputas era o poder de mando, tanto pelo controle político-administrativo do Estado, quanto pelo poder de manipular a construção de uma identidade local.

Na tentativa de acabar ou amenizar com os conflitos no estado, em 1918, foi eleito, para a presidência da província, o bispo *Dom Francisco de Aquino Correa*. Poeta e orador sacro, *Dom Aquino* nasceu em Cuiabá, em 1885, onde iniciou seus estudos e entrou para a Ordem Salesiana. Em 1904 foi para Roma onde se tornou, em 1908, doutor em Teologia. De volta ao Brasil, foi nomeado diretor do Liceu Salesiano, onde também lecionou Língua Portuguesa, Latim, Grego e História, até 1914, quando foi designado titular do Bispado de Prusíade e auxiliar do Arcebispo da Diocese de Cuiabá.

Instruído conforme a tradição europeia e apaixonado pela terra natal, ao assumir o governo do Estado, o discurso de *D. Aquino* deu ênfase à necessidade de desenvolver a região em relação à aquisição da escrita, para superar o sentido de barbárie instaurado pelos conflitos sangrentos acontecidos no estado e que, conseqüentemente, determinavam a instância das relações político-intelectuais produzidas pelos imaginários que o resto do país construía para essa região.

Algumas ações iniciadas na década anterior, como a produção do Quadro Coreográfico de Mato Grosso (1906), de Estevão de Mendonça, e depois o Álbum Gráfico de Mato Grosso (1914), foram intensificadas durante esse governo, que adotou, com um grupo de intelectuais, a “civilidade do povo mato-grossense” como seu maior desafio.

Impulsionados pelo afã civilizatório e de refinamento sócio cultural, esses intelectuais tinham um projeto para o Estado soberano e grandioso, em virtude de suas riquezas naturais, capaz de vencer as maiores adversidades,

decorrentes do isolamento geográfico e esquecimento por parte do governo nacional. (NADAF, 2002, p.172)

Neste período foi fundado o Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida (1916), associação literária de formação feminina, que tinha como objetivo formar, dentro do ideário nacionalista, o público leitor feminino (PAROLIN, 2003). Posteriormente, foi criado o Instituto Histórico Mato-Grossense (1916), com a finalidade de atuar na elaboração de uma memória histórica mato-grossense e o *Centro Mato-Grossense de Letras* (1921), que onze anos depois, tornou-se a *Academia Mato-Grossense de Letras*. Essas instituições foram, naquela época, renovadoras do cenário político, social e cultural da região (op. cit., p.172).

Parolin (2012) considera que a criação do Grêmio Júlia Lopes de Almeida e da revista *A Violeta*⁷ atendia perfeitamente ao projeto republicano de institucionalização da prática literária e da formação de um público, cuja prática literária ocupava-se com o papel formador de civilização, pelo domínio das *letras*, do discurso da escrita.

Ainda segundo a autora, as narrativas, assim como outros registros que circulavam na revista, criavam, para o espaço simbólico de Mato Grosso, um imaginário de fundação original de uma nova nação – a república, ou de uma parte dela. E era exatamente nesse espaço que se dava o embate: de um lado a tentativa de provar a existência de uma literatura *genuinamente* mato-grossense, que se distinguia da literatura nacional; de outro, a tentativa de mostrar que havia uma única literatura nacional e que a suposta literatura regional lhe seria constitutiva. Ou seja, estava em jogo seguir os padrões estéticos e políticos do romantismo literário brasileiro ou se inserir na modernidade que povoava os periódicos. Diante dessa dubiedade de sentidos, em relação à língua e à literatura praticada Mato Grosso, naquele período, Parolin (2012), conclui que:

[...] nação-língua/língua-literatura/nação-literatura não estabeleciam uma relação direta, nem evidente. [...] e a projeção do que se quer *literatura* é também um espaço simbólico de materialização de que se trata de uma injunção, para além da encenação dos conflitos ou de “expressão da sociedade” (op. cit., p. 107).

Eram os sentidos contraditórios e constitutivos do processo de construção de uma identidade do Estado-nação brasileira, fazendo efeitos à produção literária em Mato Grosso e, conseqüentemente, para a produção linguística. Segundo Guimarães e Orlandi (2001), a

⁷ *A Violeta* constituiu-se em uma revista mensal de variedades, que circulou em Cuiabá e interior de Mato Grosso, entre 1916 e 1950. (PAROLIN, 2012).

produção literária estava entre os objetos que representavam a unidade imaginária da nação e da língua, já que no processo de construção de uma identidade nacional, “[...] é crucial a questão da língua nacional, ou seja, a língua que funciona no Brasil e que, por suas especificidades, faz parte do processo de constituição da nacionalidade” (GUIMARÃES & ORLANDI, 1996, p. 9).

Dessa forma, os escritores/intelectuais brasileiros, imbuídos na construção de uma língua que refletisse a nação que se constituía, fizeram intervir, através de sua produção, sentidos para a relação língua, literatura e escritor/intelectual e povo. Eles se tornam de fato “autores” e a constituição desta autoria, conforme Fragoso (2001), estava fortemente ligada ao estabelecimento do poder político (a Independência e a República) do qual ela seria a representação, através da constituição de saberes cuja forma material era a manifestação própria deste poder. Mais do que serem autores de suas obras, os escritores/intelectuais participavam da construção do Estado e do sujeito brasileiros, através da constituição de instrumentos linguísticos necessários, pois estes representaram a identificação entre povo, língua e nação. Tratava-se do processo de gramatização do português brasileiro.

É nesse contexto que se dá a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras* e com ele inicia-se uma vasta produção na área da linguagem: produção de obras literárias, publicação de revistas, realização de conferências, estudos sobre a língua e a literatura, discursos, produção de biografias de pessoas ilustres da região e do Estado de Mato Grosso, festivais de música e de poesia (declamação), e a constituição de uma biblioteca. Era tempo de demonstrar, de acordo com Cesário Prado (membro fundador do Centro), que Mato Grosso não é apenas uma “expressão geográfica”, como pensavam “os de fora”, pois, “[...] aqui tem uma intelectualidade que pensa, lê e escreve alguma coisa”⁸.

Esses dizeres de Cesário Prado nos faz refletir que, nesse processo de constituição de uma identidade para o povo/nação brasileira, os acadêmicos mato-grossenses colocam em funcionamento as contradições e tensões constitutivas do sujeito brasileiro, tendo em vista que, ao dizer que *Mato Grosso não é apenas uma “expressão geográfica”*, esses acadêmicos o fazem a partir de uma memória.

Memória de um litígio entre *os daqui* e *os de fora*. Porém, com uma diferença: antes o litígio se dava entre *os daqui* (Brasil) e *os de fora* (Europa/Portugal). Agora *os daqui* são os mato-grossenses e *os de fora* são os outros brasileiros. São para esses brasileiros que os

⁸ PRADO, Cesário. A Revista. In *Revista do Centro Mato-grossense de Letras* – Ano 1922 –Ano I Nº. 1, p.5. Disponível em: <http://issuu.com/porta_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

intelectuais pretendem mostrar suas produções, seus talentos, sua civilização. É um modo de não se sentir excluído, é um modo de fazer parte, pertencer.

Isso significa que esses dizeres *Mato Grosso não é apenas uma “expressão geográfica”*, que *aqui tem uma intelectualidade que pensa, lê e escreve alguma*, foram produzidos, a partir de um pré-construído, dos já ditos sobre o Brasil/Mato Grosso, em relação à civilização, barbárie e cultura. Se antes, para os europeus/portugueses o Brasil era apenas um *território, uma expressão geográfica*, povoado por um *povo bárbaro*, nesse espaço-tempo (Mato Grosso início século XX), esses sentidos são postos para Mato Grosso e seu povo, e sendo assim, produz efeitos, como a fundação do Centro Mato-grossense de Letras.

Nesse processo, onde os sentidos para o que é bárbaro ou civilizado se constituem, os intelectuais mato-grossenses, através do Centro Mato-grossense de Letras, pretendem mostrar, *aos de fora, que aqui tem uma intelectualidade que pensa, lê e escreve alguma coisa*. Ou seja, pretendem mostrar que em Mato Grosso tem uma intelectualidade ativa.

Observamos ainda que, no trabalho da modalização, nesses mesmos dizeres, o pronome indefinido *algum* (em *alguma coisa*), produz sentido indefinição, de desconhecimento, por parte desses intelectuais, em relação à capacidade/qualidade ou a natureza da produção intelectual do sujeito mato-grossense, em Mato Grosso, até aquele momento.

Ou seja, pode-se compreender que, até a fundação do Centro Mato-grossense de Letras, não havia, no estado, uma produção intelectual, significativa o bastante para ser caracterizada como tal. A fundação do Centro Mato-grossense de Letras marcaria então, a inserção de Mato Grosso no mundo civilizado.

Assim, considerando que “[...] a literatura se define pela materialidade simbólica da língua à medida que essa escritura literária define a língua para o Brasil” (ALMEIDA, 2006, p.19), adotamos, neste trabalho, a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras*, como referência para iniciar o percurso de constituição do corpus discursivo. Buscamos compreender a fundação dessa instituição em Mato Grosso, enquanto um acontecimento que se marca no dizer acadêmico da língua na região. Dizer este que produz efeitos na constituição de diferentes discursividades sobre a língua nacional brasileira.

Para tanto, recorreremos a Pêcheux (2010, p.49) para discutir as condições (mecanismos, processos...) “[...] nas quais um acontecimento (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço

potencial de coerência próprio de uma memória”, que neste caso, de acordo com o autor, não pode ser entendida não como uma “memória individual” de manipulação das significações. Mas sim, como uma “memória coletiva”, constituída nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador. Essa memória escapa às normas estabilizadas e possibilita o gesto de leitura.

Assim, para tratar do memorável é preciso compreender o acontecimento inscrito no espaço da memória sob dupla forma-limite: o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever e o acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse acontecido, considerando que para reconstruir o acontecimento, a memória “[...] espaço móvel de divisões, de disjunção, de deslocamento e de retomadas, de conflitos e de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos” (op. cit., p.56), restabelece os implícitos, mesmo que não possamos “[...] provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo” (ACHARD, 2010, p.13).

Os implícitos, segundo Pêcheux (2010, p.52), residem na memória discursiva, “ausentes por sua presença”, porém disponíveis em um registro oculto, ou seja, podem ser encontrados na “regularização”, sob a forma de remissões, de retomadas. Enfim, os implícitos possibilitam “[...] uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se, antes de desdobrar-se em paráfrase, produzindo o efeito de opacidade (ponto de divisão do mesmo e da metáfora)” (op. cit., p.53),

Para Orlandi (2003), pensar discursivamente a memória, é pensá-la como um saber discursivo, um já-dito, sobre o qual todo dizer se produz a partir de um gesto de interpretação, uma vez que o sentido está sempre em curso, nunca se fecha, não tendo um início e um fim. Como a interpretação sempre se dá em algum lugar da história, ela é marcada pela ideologia e desse modo, todo enunciado pode tornar-se outro, se deslocando discursivamente, dando lugar a interpretações, organizando as filiações históricas em memórias, e as relações sociais em redes de significantes, abrindo a possibilidade de interpretar. As coisas-a-saber, citadas por Pêcheux (2006, p. 54), é que “[...] são tomadas em redes de memórias, dando lugar a filiações identificadoras”, determinando o lugar e o momento da interpretação, fazendo o batimento entre a interpretação e a descrição.

Portanto, para significar, para que possam ser interpretadas, é necessário que nossas palavras já façam sentido em outro lugar, em uma memória significativa, considerando, nesse

processo, as duas formas de apagamento (esquecimento segundo Pêcheux, 1975). O esquecimento número um e o esquecimento número dois.

Esse “esquecimento” produz no sujeito a impressão da realidade do pensamento, ou ilusão referencial que nos faz acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo de tal modo que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras. (ORLANDI, 2010, p. 35).

O esquecimento número um constitui-se pelo esquecimento ideológico, pois se dá na instância do inconsciente e resulta no modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia. Esse esquecimento produz a ilusão de sermos a origem do que dizemos quando na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. Por isso, esse esquecimento é da ordem do interdiscurso, ou seja, de um complexo significante com dominante onde se delimitam os diversos dizeres que se confrontam em uma formação social, em uma conjuntura dada.

Assim, na memória discursiva, também chamada de interdiscurso, os sentidos se estabilizam e se movimentam, mas a estabilização ou a transformação vai depender da natureza do gesto de interpretação produzido, da posição do sujeito na relação com o interdiscurso.

A autora esclarece ainda que no funcionamento do interdiscurso, o esquecimento é fundamental, pois é porque esquecemos que os sentidos podem ser outros. O retorno do mesmo em condições e relações distintas com a memória, desloca, produz os efeitos metafóricos, transferências, derivas, deslizamentos de sentidos.

É o que observamos ao refletir sobre a direção argumentativa que norteou o discurso dos intelectuais acadêmicos mato-grossenses, na primeira metade do século XX. O funcionamento discursivo em circularidade, conforme Mariane (1998), que caracterizou as instituições acadêmicas literárias como *espaço de produção e disseminação de saberes sobre a língua e a literatura nacional de um país/nação*, constituiu o discurso dos primeiros acadêmicos brasileiros (Academia Brasílica dos Esquecidos e Academia Brasílica dos Renascidos), dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras e também foi constitutivo do percurso argumentativo que permitiu ao sujeito-intelectual mato-grossense interpretar o momento histórico que o Brasil vivia – de constituição da língua nacional – e fundar o *Centro Mato-grossense de Letras*.

Nesse processo, a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras* significou a polêmica existente sobre a língua que se falava ou deveria se falar no Brasil (Português brasileiro/português lusitano) e deu ênfase ao papel da instituição acadêmica literária/ elite política-

intelectual, no processo de constituição e institucionalização de uma língua nacional. Da mesma forma, o discurso dos acadêmicos mato-grossenses significou o *Centro Mato-grossense de Letras* como a única instituição, naquele espaço-tempo, com legitimidade para deliberar sobre a língua, a literatura e suas práticas, tornando-se, assim, uma das mais importantes instituições fomentadoras das atividades sócio- culturais realizadas em Mato Grosso, durante a primeira metade do século XX.

Isso ocorreu porque, na função de autor, segundo Orlandi (2007), o sujeito intelectual mato-grossense conseguiu formular, no interior do formulável, e constituiu, com seu enunciado, uma história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história e não mero exercício mnemônico. Ou seja,

[...] embora o autor não instaure discursividade, produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer. (ORLANDI, 2007, p. 69).

Nesse movimento, em que sujeito e sentidos se constituem, os sentidos não retornam apenas, eles se transformam, eles deslocam seu lugar na rede de filiações históricas e projetam novos sentidos, que se instalam como um acontecimento discursivo.

Sob esse ponto de vista, no qual se situa este trabalho, o acontecimento histórico é compreendido enquanto acontecimento da ordem da realidade, das práticas humanas, que pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos. Isso nos leva a compreender a fundação do *Centro de Letras* como acontecimento discursivo, já que no processo discursivo, a formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele dado momento, em condições dadas (ORLANDI, 2008), não se limita à linguagem verbal, ela abrange também os “gestos de interpretação”, entendidos como objetos simbólicos, como materialidade discursiva, pelas quais os sentidos se materializam.

Assim, a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras*, um fato histórico no universo intelecto-cultural de Mato Grosso é, para fins de nossa análise, um acontecimento discursivo à medida que sua fundação marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação das redes de memória e do trajeto social no qual ele irrompe. Ele é um gesto de interpretação de um momento histórico: a constituição de uma identidade para o país-nação, de constituição da língua nacional brasileira e como tal, um acontecimento discursivo que instaura sentidos à língua, ao sujeito e ao estado-nação brasileira, no espaço mato-grossense.

Os intelectuais mato-grossenses, ao fundar o *Centro*, recortam, sem mesmo se dar conta, afetados inconscientemente por um lugar ideológico de dizer, a memória discursiva em algum ponto, produzindo o acontecimento. E este recorte produz um efeito, ao mesmo tempo em que insere, por seu gesto, a memória das academias em uma atualidade. É o que Pêcheux (2012, p.17) chama de “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”.

Como acontecimento discursivo, o *Centro Mato-grossense de Letras*, enquanto discurso (enunciado pelos acadêmicos), faz também, do objeto simbólico que recorta – a língua, a literatura, o estado, o sujeito mato-grossense – um acontecimento discursivo. Ou seja, o recorte do real é tomado como um acontecimento, porque,

Mexe na relação com o esquecimento. Produz um efeito de memória. Ou melhor, o acontecimento, que ele produz, sua historicidade, está na configuração que, pelo seu recorte, ele produz como parte da memória, interdiscurso. Onde tem um presente que é seu efeito, em meio a um passado e um futuro (ORLANDI, 2012, p. 58).

Em outras palavras, para que este acontecimento se realize como tal – instituição acadêmica – o *Centro Mato-grossense de Letras* precisa significar – através da produção dos acadêmicos – a posição da instituição, sobre a língua nacional brasileira em Mato Grosso. E isso se dá por meio de retomadas, de deslocamentos e de rupturas, que abrem espaço para novas significações em relação à prática linguística no estado. Esta é a historicidade constitutiva desta instituição. Este é o efeito que o *Centro Mato-grossense de Letras* produz, enquanto instituição acadêmica. É o passado e o presente se entrecruzando na projeção de um futuro. Deve-se, no entanto, considerar, conforme Guimarães (2005), ao discutir o acontecimento enunciativo, que a temporalização de um acontecimento (a relação do passado e do presente na projeção de um futuro), não se dá a partir do sujeito, pelo contrário, é o sujeito que é tomado na temporalidade do acontecimento. Isso se dá porque, a temporalidade:

De um lado, se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro (GUIMARÃES, 2005, p.12).

Em outros termos, o acontecimento presente significa porque introduz, na atualidade, uma memória que recorta do passado, abrindo assim, espaço para uma nova temporalização, a futuridade.

E é nesse jogo – entre a memória estruturada pelo esquecimento (o interdiscurso) e a memória institucional (a que não esquece, o arquivo) – que o acontecimento está sujeito ao equívoco porque, conforme Pêcheux (2012), no estatuto das discursividades, que trabalham um acontecimento, entrecruzam proposições de aparência logicamente estável, suscetível de resposta unívoca e formulações irremediavelmente equívocas. Ou seja, a língua é um produto da história e os sentidos, por consequência, não existem em si mesmos, mas se constituem em uma situação dada e em relação às posições discursivas que sustentam o dizer, em diferentes formulações. Por isso, há múltiplas possibilidades de interpretação para um mesmo acontecimento.

Em relação a isso, Orlandi (2010) nos diz que, quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente, pois todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre os processos parafrásticos e os processos polissêmicos, assim definidos:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está ao lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco (ORLANDI, 2010, p.36).

A autora considera ainda que ao longo do processo de significação, há algo que é uma constante no trajeto histórico-social da relação do homem com o simbólico e o político – que é a repetição e/ou a reprodução.

Da mesma forma, nesse processo está presente a possibilidade da ruptura, da falha que reorganiza o trabalho intelectual, a relação entre os homens e suas práticas sociais e seus modos de vida. Isto porque, a língua é sujeita ao equívoco e à ideologia, é um ritual com falhas que o sujeito, uma posição discursiva, ao significar, se significa. Assim, Orlandi (2010, p. 37) conclui que, “[...] Se o real da língua não fosse sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos”.

Diante do exposto, consideramos, conforme Pêcheux (2012), que a compreensão dos acontecimentos linguísticos não deve ser feita a partir da evidência dos sentidos, mas sim considerando a linguagem em sua opacidade e incompletude, considerando a possibilidade do equívoco, já que, além de ser impossível tudo dizer, os sentidos não são transparentes e podem derivar de um para outro, oferecendo lugar à interpretação.

Esses discursos estabelecem uma história, que não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem tampouco pela evolução, mas pela produção de sentidos, (HENRY, 1985 apud ORLANDI, 2003, p.08), do histórico, do cultural e do social, que nos constroem um imaginário social, que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada. Características que Orlandi (2003, p. 13) atribui ao discurso fundador: “[...] discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de um país”. Esses discursos, além de produzirem rupturas localizadas, podem ocorrer no dia-a-dia, instaurando novos sentidos, nomeando ou (re)nomeando um sentido já existente. Neste caso, essa (re)nomeação rege a formação de outros discursos.

II- GESTOS DE LEITURA NA CONSTITUIÇÃO DO ARQUIVO ACADÊMICO: RELAÇÕES E ANÁLISE

Ao discutir a relação entre história e memória, Le Goff (1992), faz um trajeto dos dias atuais até a Grécia antiga, para afirmar que os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação da memória coletiva por parte de classes, de grupos, de indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas, revelando também a preocupação destas categorias em tornarem-se “[...] senhores da memória e do esquecimento” (op. cit., p.368).

De acordo com este autor, com o desenvolvimento da escrita, a história (acontecimentos memoráveis) passou a ser registrada a partir de inscrições na pedra e no mármore, que ficavam expostos nos monumentos dos templos, nos cemitérios e nas praças, servindo como afirmação e publicidade das conquistas – a memória aqui é a do vencedor; e, através dos documentos escritos. Para a conservação dessa memória, os reis criam as *instituições-memória*: arquivos (diplomáticos, financeiros, administrativos), bibliotecas, museus. A partir de então, a memória torna-se história.

Pêcheux (1982), ao discutir a leitura de arquivo em seu texto “Ler Arquivo Hoje”, afirma que nas instituições do Estado, que geram a memória, há, na prática de construção e leitura de arquivo, uma divisão social, historicamente estabelecida. Ou seja, na sociedade alguns sujeitos são autorizados a ler, escrever e interpretar, produzindo assim leituras originais. Os demais, podem apenas repetir (ao desenvolver atividades de cópia, transcrição, extração, indexação, classificação, codificação), ou seja, fazer uma leitura literal que produz um efeito de evidência sustentada pelo já-dito, pelos sentidos institucionalizados. Há nesta prática a manipulação/interpretação, configurando gestos de leitura que lhe estão associados e que funcionam como dispositivos de normatização, legitimação, e autorização da interpretação. É o apagamento, pelas instituições, do sujeito leitor.

Neste caso, o arquivo, definido pelo autor como “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (ibidem, p. 57), pode ser um banco de dados, uma biblioteca, um conjunto de textos ou documentos. Enfim, é a memória institucionalizada, cujo dizer é o documento, que atesta os sentidos, os efeitos de relações de forças, segundo Orlandi (2003).

Ainda de acordo com a Orlandi (ibid.), se no interdiscurso há o que se deve dizer, mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito, fazendo intervir um efeito de fechamento. A memória, neste caso, tem a forma da instituição que a congela, a organiza, distribui sentidos.

Entendido dessa forma, o arquivo, documento/texto, torna-se “monumento” conforme Foucault (2008), através do qual podemos observar o funcionamento do discurso, pois, assim considerado, ele deixa de ser uma unidade linguística preexistente, espontânea, naturalizada, para tornar-se uma forma material, parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade, ou seja, ao efeito de sentido que os acontecimentos revelados produzem num determinado espaço sociocultural e numa determinada época.

Le Goff (1990), ao discutir o papel do documento/monumento na formação da memória coletiva, nos diz que monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, pois o monumento tem como características o poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) é o reenviar testemunhos que, só numa parcela mínima, são testemunhos escritos.

Nessa perspectiva, consideramos também, para fins de nossa análise, a instituição *Centro Mato-grossense de Letras* como um monumento, um sinal do passado que nos dá acesso aos efeitos de sentido que seu aparecimento produziu, ao ser fundado, no início do século XX, em Mato Grosso.

Assim entendido, consideramos que essa materialidade, dentro de sua diversidade, é um arquivo (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1994), que, ordenado por sua abrangência social, nos permite leituras que trazem à tona dispositivos e configurações significantes.

Contudo, para trabalhar com essa materialidade (ORLANDI, 2007) é necessário especificar os gestos de interpretação que possibilitaram sua elaboração, mostrar seu processo de construção, as diversas posições assumidas pelo sujeito enunciador, enfim, compreender que as práticas institucionais e de arquivo realizam um trabalho de interpretação e assim, administram os sentidos. Para tanto, é necessário, de acordo com Nunes e Filho (2008), realizar percursos inusitados, seguindo-se as pistas linguísticas, traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas, considerando que os sujeitos e os sentidos se constituem ao mesmo tempo.

Dessa forma, é pertinente considerar, na análise, a tensão existente entre os dois processos considerados como fundamentos do dizer, a paráfrase e a polissemia. Nesse processo, Orlandi (1996) distingue três formas de repetição: a repetição empírica (mnemônica), que consiste na repetição do enunciado tal qual foi instituído, a formal (técnica) que é aquela na qual há certa reformulação ao nível estrutural (linguístico) e a histórica (historicidade em funcionamento, deslocamento) em que a formulação se inscreve na memória discursiva, fazendo história para o sujeito, abrindo as suas possibilidades de interpretação. Isso porque, é “[...] na relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”. (PÊCHEUX, 1994, p.63).

Assim, ao observarmos o modo de funcionamento do discurso é necessário atentar para o modo como ele se constitui, como formula e é formulado e como circula, considerando que:

[...] todo enunciado é constituído por pontos de deriva, podendo deslizar para outro, diferente de si mesmo, produzindo assim diferentes sentidos para diferentes sujeitos e situações, já que não há linguagem que não se confronte com o político. E o político, simbolizando as relações de poder, reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos já que a nossa formação social é regida pela diferença, pela divisão, pela dispersão. (PÊCHEUX, 1990, apud, ORLANDI, 2012, p. 152).

A partir dessa concepção teórica pretendemos compreender o funcionamento da memória discursiva no discurso constituído, formulado e posto em circulação pelo Centro Mato-grossense de Letras, na primeira metade do século XX e depois, na nas primeiras décadas do século XXI.

1- O material de análise e a definição do *corpus*

Recorto como material de leitura a *Acta da Sessão de Fundação do Centro Mato-grossense de Letras* (1921), na qual é relatado o primeiro encontro dos intelectuais mato-grossenses, tendo como objetivo fundar um Centro de Letras em Mato Grosso. Ao todo, antes da fundação oficial do *Centro Mato-grossense de Letras*, foram realizadas (06) seis reuniões, ao longo de 04 (quatro) meses. Essas reuniões foram registradas nas *Atas das Sessões Preparatórias do Centro Mato-grossense de Letras*, publicadas na primeira edição da Revista do Centro Mato-grossense de Letras, em 1922.

Trabalharemos também com os *Estatutos do Centro Mato-grossense de Letras* (1921), elaborados, por uma comissão composta de 03(três) membros. A escolha da comissão, encarregada de elaborar os *Estatutos*, foi feita durante as Sessões Preparatórias, e esses *Estatutos* ficaram prontos antes da fundação oficial do Centro, onde foram lidos e posteriormente publicados, em 1922, na primeira edição da Revista do *Centro Mato-grossense de Letras*. Esses Estatutos estiveram em vigor até 1932, quando o Centro tornou-se *Academia Mato-grossense de Letras*. De acordo com Mesquita (1934), a *Academia Mato-grossense de Letras* manteve o mesmo número de cadeiras e quase a mesma definição estrutural do Centro, e os novos Estatutos, que foram promulgados em 22 de abril de 1933, declararam, no seu art. 1º, que a “[...] Academia a cuja categoria se elevou o Centro homônimo, ao qual ela substitui, e sucede e continua, conserva a mesma sede e a mesma finalidade, que é promover e intensificar a cultura da língua e literatura nacionais” (MESQUITA, 1936, p. 14).

Tomamos também como material de leitura, algumas peças de retórica⁹ proferidas pelo então presidente da província de Mato Grosso, membro fundador e presidente de honra do Centro Mato-grossense de Letras, Dom Aquino Corrêa. São elas: *O Centro Mattogrossense de Letras* (1921) proferida por Dom Aquino no ato de fundação do Centro e publicada em 1922, na primeira edição da Revista do Centro Mato-grossense de Letras; *Sede Brasileiros!* (1924), proferida a uma turma de bacharéis, durante cerimônia de colação de grau, publicada no Livro Tomo I, volume II, 1985.

E, finalmente, trabalharemos com o artigo *Academia Mato-grossense de Letras e seu lema*, escrito pela acadêmica e presidente da Academia Mato-grossense de Letras, gestão 2008-2012, Nilza Queiroz Freire e publicado em 2012, na Revista da Academia Mato-grossense de Letras – Comemorativa dos 90.

É importante ressaltar que o bispo Dom Aquino Corrêa, além de ter exercido a função de presidente do estado de Mato Grosso, de ter sido membro fundador e presidente de honra do Centro Mato-grossense de Letras, foi também eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 1926, tornando-se assim, o primeiro mato-grossense a ocupar uma cadeira na Academia

⁹ Neste trabalho, compreendemos o dizer de Dom Aquino enquanto um dizer retórico, considerando que ele é sistematizado como tal – o orador utiliza-se da eloquência e seus elementos persuasivos para convencer, para ganhar a adesão do público. Para tanto, utiliza-se dos meios de persuasão indicados na retórica aristotélica, ou seja, *ethos*, *pathos* e *logos*: primeiro, a persuasão é conseguida através do próprio orador que, pelo seu caráter e pela forma como expõe suas ideias, faz o outro pensar que ele é credível; segundo, a persuasão pode acontecer quando o que é dito desperta as emoções do ouvinte; terceiro, a persuasão é obtida, utilizando-se argumentos adequados para provar a verdade. Cada texto combina os três apelos, equilibrando ou enfatizando o *ethos*, o *pathos* ou o *logos* (MATOS e CARDOSO, 2012, p. 03).

Brasileira de Letras. Poeta e orador de prestígio, Dom Aquino, entre Cartas pastorais, oratórias, poesias e livros, deixou uma vasta produção literária para a cultura mato-grossense.

No entanto, seus ideais de cultura/povo/nação não ficaram circunscritas apenas aos espaços político-administrativo e intelectual. Enquanto arcebispo de Cuiabá, Dom Aquino era um árduo combatente das “[...] chamadas liberdades modernas, defendendo a crença e o patriotismo, que dizia articulado na proclamação espiritual, orientado pelo mito da harmonia social” (DIAS, 1996, p.58).

Argumentava ainda, que a igreja tinha papel fundamental na sociedade, tendo em vista o combate aos males que, segundo ele, estavam corrompendo a humanidade, na ordem intelectual (o racionalismo), na ordem moral (o sensualismo) e na ordem social (o egoísmo). O racionalismo, o sensualismo e o egoísmo são apontados pelo bispo como características negativas da sociedade moderna, que proclama tipos de liberdade e se transforma em desordem e anarquia, por isso o cultivo do patriotismo e da crença são apresentados por ele como elementos essenciais ao processo de constituição de uma autoridade redentora. Dessa forma, sua produção literária também foi fortemente marcada pelo discurso religioso.

Sendo assim, nossa opção por esse material, postos em circulação em revistas, jornais e conferências, durante a primeira metade do século XX, é por considerá-los, mais do que um conjunto de documentos que atestam a fundação e regulamentam o funcionamento do *Centro Mato-grossense de Letras*, pois são partes de um arquivo que constitui a memória, e sendo assim, é uma materialidade discursiva significativa que possibilita a identificação das formações discursivas dominantes e constituintes de discursos sobre a formação de identidades nacionais e a relação desses discursos com o discurso acadêmico, constituído ao longo dos séculos.

Ou seja, esse material possibilita, enquanto objeto simbólico, uma reflexão em torno do imaginário que a instituição acadêmica produziu ao longo da história da língua em Mato Grosso. Imaginário este que constituiu processos de significação e tem produzido efeitos de sentido para o sujeito/língua/Estado-nação, o que nos leva a questionar: De que modo os dizeres dos acadêmicos mato-grossenses estão inscritos e inscrevem uma memória sociocultural brasileira? Como esses dizeres instituem uma memória para o sujeito, língua e território mato-grossenses e como ela é regulada e conservada?

Nossa leitura levou-nos a considerar o arquivo acadêmico mato-grossense como uma reconstrução histórica, marcado por gestos de leitura inerentes à construção mesma do arquivo. Ou seja, é possível observar, na textura desse arquivo, quem tem direito/pode

ler/interpretar o momento histórico, e escrever/constituir o arquivo, que, neste caso, é o que se elege como sendo a língua nacional para Mato Grosso. Nesse gesto de interpretação – que tem a ver com as condições de produção do sujeito-acadêmico, intelectual mato-grossense – constitui-se um arquivo, um dispositivo legitimador de um saber que define sentidos a partir de uma memória ocidental, segundo a tradição da escrita, e como tal, o consideramos um espaço de interpretação e reformulação parafrástica dos sentidos.

Dito de outra forma, os intelectuais mato-grossenses fizeram trabalhar, ao fundarem, naquele contexto, o Centro Mato-grossense de Letras, um acontecimento discursivo que, textualizando a memória, convoca e organiza a *língua nacional*. É desse modo que consideramos a relação entre o sujeito mato-grossense e suas práticas discursivas de linguagem.

2- Fundação do Centro Mato-grossense de Letras: a constituição de uma função autor?

Considerando que a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras* fez intervir uma produção linguística /literária, buscamos na obra *O que é um autor?*, de Foucault (1969), os fundamentos para refletir sobre a questão da função autor em nossa materialidade discursiva.

Nesse seu trabalho, Foucault produz uma reflexão sobre a questão da autoria, considerando o já sabido apagamento dessa autoria na escrita contemporânea, argumenta que, mais do que constatar o desaparecimento do autor, é preciso descobri-lo como lugar vazio – ao mesmo tempo indiferente e obrigatório –, os locais onde sua função é exercida, considerando questões como: o nome do autor, a relação de apropriação, relação de atribuição e a posição do autor.

A função-autor, segundo Foucault (1969), constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia e das ciências, no entanto, o fundamental é considerar a relação autor e obra, ou seja, a maneira como o texto/obra aponta para o autor, que lhe é, aparentemente exterior e anterior.

É preciso considerar que na escrita contemporânea, no entanto, considera-se menos a manifestação do gesto de escrever, a amarração de um sujeito em uma linguagem do que a abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer. Ou seja, o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular, e assim, a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência.

Isso acontece, porque, de acordo com Foucault, há um certo número de razões que provocam o apagamento do autor, o escamoteiam. Dentre essas razões, ele destaca a questão da *obra* e da *escrita*. Na obra, vale mais a rede significativa que a constitui do que seu conteúdo propriamente dito, enquanto que na escrita, mesmo que ainda preserve a existência do autor, importa mais o que se fala, do que quem fala.

Enfim, o nome do autor funciona para caracterizar um modo de ele ser do discurso:

Para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer "isso foi escrito por tal pessoa", ou "tal pessoa é o autor disso", indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status. (FOUCAULT, 1969, p. 13).

Diante disso, Foucault (ibid.), diz que se poderia pensar que “[...] o nome do autor não passa, como o nome próprio, do interior de um discurso ao indivíduo real e exterior que o produziu”, no entanto não é assim, o nome do autor corre, “[...] aos limites dos textos, que ele os recorta, segue suas arestas, manifesta o modo de ser ou, pelo menos, que ele o caracteriza”.

A identificação da autoria do discurso manifesta a ocorrência de um conjunto de discurso, e refere-se ao status desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura. O nome do autor está localizado na ruptura que instaura um grupo de discursos e seu modo singular de ser. A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade. Para tanto, Foucault discute quatro características da função: apropriação, credibilidade, fiabilidade e por fim, que a função autor é efetuada na cisão. Características essas que ele resume assim:

A função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela nasce se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, as várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 1969, p. 20).

Foucault estabelece ainda uma distinção entre os autores que “fundam uma discursividade” e os outros “autores”. Sendo que os autores fundadores de discursividade estão em uma posição transdiscursiva, o que possibilita para outros autores a regra de

formação de outros textos. Esses textos não devem ser necessariamente, uma continuidade/repetição do texto fundador. Pelo contrário, devem significar a ruptura, a tensão, a discórdia em relação a ele. É aí que reside a possibilidade de instauração de novos discursos.

Ainda em relação ao processo de instauração discursiva, Foucault discute três noções: a noção de “retorno às origens”, e as de “redescoberta” e de “reatualização”, sendo que essas duas últimas, estão em oposição à primeira. Na “redescoberta”, uma noção há tempo esquecida é retomada de outro modo, em outra teoria. Enquanto que na “reatualização” acontece a reinscrição de um discurso científico em outro campo ou domínio de generalização, aplicação ou transformação.

Finalmente, na noção “retorno às origens”, a instauração de uma discursividade tem como condição o esquecimento. Aliás, instauração e esquecimento são constitutivos e se dão simultaneamente no processo de ruptura discursiva. Isso porque, para que se dê a ruptura é preciso que se tenha construído um espaço vazio, onde “imaginariamente” surge um dizer novo e transparente. Ou seja, é o retorno do já-dito, como se fosse original. Nesse processo, o sujeito que diz, significa o seu dizer e se significa.

Assim sendo, Foucault julga necessário, não só estudar os valores expressivos ou as transformações formais de um discurso, mas também seu modo de existência: circulação, valorização, atribuição e de propriedades do discurso. Isso leva a pensar a função autor, pensar o sujeito e seu funcionamento, considerando também que as tomadas de posição política são os feitos de um autor e é possível aproximá-las de sua filosofia.

É a partir dessa perspectiva que buscamos compreender a função autor na produção acadêmica dos intelectuais mato-grossenses.

3- Análises

Em nosso primeiro recorte, a *Acta da Sessão de Fundação do Centro Mato-grossense de Letras*, compreendemos que os intelectuais mato-grossenses, por um gesto de confeccionar este documento (Ata), datando, localizando o acontecimento no tempo e no espaço, assim como os envolvidos, colocam em funcionamento sentidos de registro/memória/arquivo que os determinam. Sentidos estes apreendidos nos modos como esse sujeito intelectual mato-grossense constitui e mobiliza, enquanto posição-sujeito, o arquivo institucional da língua.

Ou seja, no gesto de construção de objetos simbólicos, como a fundação de associações/instituições em documentos como atas e Estatutos, etc., os intelectuais mato-

grossenses, “autorizados a interpretar [...] estão construindo seu mundo de arquivo” (Pêcheux, 1994, p.58). A instituição é o lugar de estabilização de um determinado funcionamento discursivo e, neste caso, a instituição acadêmica, que estava sendo fundada em Mato Grosso, seria a responsável por estabilizar, imaginariamente, o discurso acadêmico. É, pois, uma reconstrução histórica dos gestos de leitura, constitutiva da construção de arquivos, conforme podemos observar no recorte abaixo:

Aos vinte e dois dias do mês de Maio do Anno de mil novecentos e vinte e um, reuniram-se, pelas nove horas, no salão nobre do Palácio da Instrução, para cogitarem a fundação de um Centro de Letras com sede em Cuyaba, capital deste Estado de Mato-Grosso, os srs. desembargador José de Mesquita, Lamartine Ferreira Mendes [...] ¹⁰.

Nesse processo discursivo, os termos – *reuniram-se [...], para cogitarem [...], os srs.[...]* – significam o espaço segregado daqueles que organizam, recortam e distinguem quem, naquele momento histórico, tem direito à leitura, à interpretação e à escrita. Nessa “divisão social do trabalho de leitura”, aos intelectuais que ali estavam (e os que ainda seriam convidados a fazer parte do grupo), cabia à produção e à gestão/controlar do conhecimento. É o discurso circular acadêmico significando os dizeres dos intelectuais mato-grossenses, que interpelados pela história, ao dizerem, se constituem autores e assim respondem pelos seus dizeres, como se estivessem na origem dele. É o que Foucault, (1969) chama de “retorno às origens”, ou seja, os intelectuais mato-grossenses estão assumindo a função autor em relação à língua em Mato Grosso, porque se investem dos sentidos de uma tradição, como se esses sentidos fossem deles próprios, desde sempre.

Como esclarece Orlandi (2007), é uma questão de interpretação, pois “o sujeito está condenado a interpretar” – em face de um objeto simbólico qualquer ele sente necessidade de dar sentido – e constrói sítios de significância, o que torna possível os gestos de interpretação. Esses gestos, regidos por condições de produção específicas, são definidos para o sujeito como universais, únicos e eternos. Por isso, quando o sujeito fala, ele já atribui sentidos, desse lugar, às suas próprias palavras.

No entanto, como analistas de discurso, devemos considerar a especificidade da interpretação, quando se trata de material de arquivo, pois neste caso ela funciona de modo a

¹⁰ ACTA de Fundação do Centro Mato-grossense de letras. In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras – Ano 1922 –Ano I N°. 1*, p.55. Disponível em: <http://issuu.com/portal_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

administrar os sentidos, na produção da literalidade. Ou seja, os sítios de significância são previstos, já que há uma organização imaginária dos sentidos.

Essa é, conforme Foucault (1969), uma das características da função autor. O enunciador, aquele que produz linguagem, coloca-se no lugar do mesmo, do já-dito, para se significar. No entanto, o mesmo instaura o diferente em relação ao acontecimento. É nesse sentido que pensamos os dizeres da *Acta* de fundação do Centro Mato-grossense de Letras, no contexto sócio-histórico-político de Mato Grosso, no Brasil de 1921. Um Estado marcado por conflitos armados e políticos, geograficamente isolado do restante do país, mas com uma pequena elite – formada nas escolas de ensino superior da metrópole (Rio de Janeiro) ou na Europa (Portugal). Trata-se de pessoas influentes política e intelectualmente, desejosas de saírem do anonimato e serem reconhecidas, internamente e pela elite intelectual do país, por sua capacidade intelectual/cultural. É, enfim, um gesto de pertencimento.

Para tanto, era necessário introduzir no Estado, meios, instrumentos que possibilitassem o ingresso, o fazer parte das discussões e pretensões que agitavam o Estado-nação brasileira naquele momento. Ou seja, participar do processo de constituição da identidade da nação/cidadão brasileiro. Assim, considerando, conforme Orlandi (2001), que a formação de uma identidade nacional está intrinsecamente ligada à questão da língua nacional, os intelectuais mato-grossenses, na posição-sujeito intelectual, sustentada por um pré-construído, retomam, em Mato Grosso, sentidos já institucionalizados sobre academias/intelectuais/língua e literatura nacional.

O pré-construído, de acordo com Pêcheux (2009, p.151), é “[...] o sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma de universalidade”. Ou seja, produz o efeito de correspondência direta entre realidade e sentido, conforme podemos observar neste recorte da *Acta*:

[...] o sr., desembargador José de Mesquita, que em frases conceituosas, se congratulou com seus confrades, pela concretização da ideia de formação de um Centro de literatura e arte, cuja falta era bem de notar em nosso meio social, proferindo a seguinte alocução [...] ¹¹.

Compreendemos que na formulação – [...] *formação de um Centro de literatura e arte, cuja falta era bem de notar em nosso meio social* – há a recuperação de dizeres já-ditos em outros lugares (sobre a instituição acadêmica) que apontam para a formação de um

¹¹ ACTA de Fundação do Centro Mato-grossense de letras. In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras – Ano 1922 – Ano I N.º. 1*, p.55. Disponível em: <http://issuu.com/porta_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

centro/academia de letras/literária como solução para as necessidades do Estado, naquele momento. Isso nos remete à questão da autoria, conforme pensada por Foucault, já que “[...] a função-autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos” (FOUCAULT, 1969, p. 20). Por isso, a autoria nasce e é exercida uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização, considerando que é definida por uma série de operações específicas e complexas que não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, mas pode dar lugar simultaneamente a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar.

Neste caso, refletimos sobre as condições de produção do discurso, conforme Pêcheux (2010), já que colocam em funcionamento elementos estruturais das condições de produção, que são os protagonistas do discurso (A e B) e seu referente. Partindo do esquema informacional, proposto por Jakobson, Pêcheux (2010, p.82) afirma que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, sem, no entanto, considerá-los como organismos humanos individuais, mas sim como uma representação de lugares próprios a essa formação social. Pêcheux esclarece ainda que, no discurso, a relação entre esses lugares aparece por meio de uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*. Ou seja, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

As formações imaginárias são, conforme Orlandi (2010), o nome dado aos mecanismos de funcionamento do discurso: relação de sentidos, relação de forças e antecipação, sendo que, a relação de sentidos diz respeito às redes de filiação. Um discurso sempre aponta para discursos que o antecederam, abrindo espaço para dizeres futuros, o que permite afirmar que não há começo absoluto nem ponto final para o discurso. Já a relação de forças liga-se à questão de hierarquia, de poder, de autoridade, que sempre está em jogo quando o sujeito formula seu dizer. O sujeito fala de um lugar que constitui o que ele diz e suas palavras significam de modo diferente, dependendo do lugar que ele ocupa. E, por fim, temos o mecanismo da antecipação, referindo-se à capacidade que todo sujeito tem de se colocar no lugar de seu interlocutor, antecipando o sentido que suas palavras produzirão. Sob a ilusão de onipotência, o sujeito dirá de um jeito ou de outro, dependendo dos efeitos que pensa produzir em seu ouvinte.

Neste caso, compreendemos que os intelectuais mato-grossenses, na posição-sujeito-autor, se reconhecem na posição de *intelectuais* e, neste caso, pensando o processo de

antecipação pelas formações imaginárias, consideramos que esses intelectuais mato-grossenses, ao significarem-se como tal (intelectuais), impõem-se como exemplaridade ao povo mato-grossense, no modo como se faz no restante do país. Para tanto, trabalham e se legitimam nessa posição, instituindo, como acontecimento discursivo, a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras*.

Observemos os dizeres do desembargador José de Mesquita, lavrados na *Acta*, pelo secretário da Sessão:

Meus amigos, tomamos a liberdade de convocarmos para esta reunião a fim de trocarmos ideias atinentes à organização de um Centro de Letras, na nossa Capital, destinado, como seu próprio nome esta a dizer, a concentrar as atividades dispersas dos raros que por entre nós, amam e cultivam a nobre arte da palavra escrita¹².

Os intelectuais mato-grossenses, ao se colocarem na posição-sujeito-intelectual, naquele momento de constituição da identidade nacional para o sujeito/Estado brasileiro e para a língua, estão produzindo um gesto de interpretação: o de organização/gestão dos sentidos para o cidadão mato-grossense, através de um *Centro de Letras*.

Isso é possível porque, na posição-sujeito intelectual, o discurso dos intelectuais mato-grossenses, constituído no entrecruzamento da memória institucional (das academias) com a memória discursiva (interdiscurso), que também os constituem, produz efeito de *autoridade*, de *legitimidade*, considerando que a posição-sujeito intelectual faz intervir sentidos de *saber* e, com eles, de *responsabilidade*, de *capacidade* de produzir/administrar o conhecimento no/para o cidadão mato-grossense, considerando que, para ele (sujeito intelectual fundador do Centro), em Mato Grosso, a produção intelectual é *dispersa e são raros*, os que *amam e cultivam a nobre arte da palavra escrita*.

Esse movimento de sentidos é realizável, graças aos sentidos institucionalizados que, regidos por formações imaginárias, projetam as condições de produção do discurso relativas ao sujeito, interlocutores e referentes. Com isso, estabelecem a organização que sustenta o discurso do sujeito intelectual mato-grossense e estrutura seu percurso argumentativo, a partir da imagem que ele tem, enquanto enunciador desse discurso, de si próprio como intelectual, do referente/instituição que passará a representar, do referente/objetivos que se pretende alcançar e de seu interlocutor/cidadão mato-grossense.

¹² ACTA de Fundação do Centro Mato-grossense de letras. In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras – Ano 1922 – Ano I N° 1*, p.55. Disponível em: <http://issuu.com/porta_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

Esse percurso também se dá em função da imagem que o cidadão mato-grossense /interlocutor tem da instituição/academia, dos intelectuais, dos objetivos dessa instituição e dele próprio, enquanto interlocutor desse discurso. Em outras palavras, as imagens do sujeito intelectual/enunciador, são fundamentais para que o imaginário consolide os argumentos que sustentam esse discurso.

Entendemos que a relação de imagens sustenta esse processo de modo que o percurso argumentativo desse discurso se mostra natural, sem parecer forçar a adesão a essa ideia, que deverá emergir de forma espontânea para o cidadão mato-grossense.

4- Sentidos em relação: estatutos do *Centro Mato-grossense de Letras*

Na perspectiva histórico-discursiva que estamos trabalhando, consideramos que os discursos dos colonizadores europeus sobre o Brasil, produziram sentidos que orientaram as tomadas de posição, a partir das quais os acadêmicos mato-grossenses enunciam. Dessa forma, o *Estatuto* do Centro, mais do que um conjunto de normas que regulamenta o funcionamento do *Centro Mato-grossense de Letras*, é uma materialidade discursiva significativa que possibilita a identificação das formações discursivas dominantes e constituintes de discursos sobre a formação de identidades nacionais.

O *Estatuto* do Centro compreende 04 capítulos, dos quais recortamos para análise o Capítulo I: *Do Centro e seus fins*, (conforme publicação da 1ª Revista do Centro Mattogrossense de Letras, em 1922), por considerá-lo um gesto de interpretação, à medida que, ao instituir paradigmas ideais para a língua e sujeito nacionais no espaço mato-grossense, como parte de um processo discursivo historicamente singular de construção de uma identidade imaginária para o povo mato-grossense, faz intervir uma memória histórica (e já institucionalizada) sobre o Brasil, sobre a língua e sobre nós, os brasileiros.

Em sua forma textual, o *Estatuto* é o conjunto de regras de organização e funcionamento de uma coletividade ou instituição. No caso específico das academias, a tradição de criar estatutos, estabelecendo princípios para o funcionamento dessas instituições, foi iniciada na França do século XVII, com a inauguração da academia francesa. A estrutura, organização e objetivos da academia francesa tornaram-se modelo influenciando o movimento acadêmico em toda a Europa, incluindo Portugal que o estendeu ao Brasil colônia.

Já no século XX, impulsionados pelo desejo de civilização e refinamento para Mato Grosso, *Dom Aquino* e um grupo de intelectuais, fundam, no dia 07 de setembro de 1921, o

Centro Mato-grossense de Letras, que já nasceu com um *Estatuto* próprio, elaborado por uma comissão composta por três de seus doze membros fundadores. Consideramos que a formulação da redação desse *Estatuto* dá visibilidade ao discurso que delimita sentidos para a identidade sociocultural do sujeito e do território Mato-grossense.

Da mesma forma, compreendemos que o funcionamento jurídico do *Estatuto* abre e, ao mesmo tempo, fecha e consolida um espaço de enunciação para língua, literatura, sujeito e território, no estado mato-grossense. Ao orientar/determinar e autorizar determinada prática literária, linguística e/ou a construção histórica de Mato Grosso, significando essas práticas, o *Estatuto* produz sentidos que vão constituindo os sujeitos. E, dessa forma, silencia, interdita outros dizeres e sentidos. Assim estruturado, o estatuto enuncia em nome de uma coletividade. É o “porta-voz” (GUILHAUMOU apud FONTORA, 1994), representante do sujeito da enunciação, de um *nós* em formação, instaurando uma ordem, delimitando e estabilizando sentidos outros para a língua e o sujeito mato-grossense.

Observamos ainda, que o *Estatuto* do *Centro Mato-grossense de Letras* deriva da relação entre o mesmo e o diferente. Embora tenha características singulares em relação a outras instituições acadêmicas, o *Centro Mato-grossense de Letras*, como as outras, produz, através de suas atas e estatutos, a homogeneização de seus fins:

Artigo 1º - O Centro Mattogrossense de Letras, com séde na cidade de Cuiabá, tem por fim promover e incentivar a cultura literária no Estado de Matto-Grosso¹³.

Isso mostra, conforme Orlandi (2008), a diferença entre produtividade e criatividade: no processo criativo, há um investimento no mesmo, que desloca, desliza, trabalhando o diferente, a ruptura; no processo produtivo, ao contrário, não se trata de produzir a ruptura, mas a quantidade, a reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, o variado. Nesse processo (produtivo), temos a variedade do mesmo. Ou seja, essa instituição não sai do mesmo espaço dizível: produzindo efeitos de estabilização referencial como resultado da repetição formal dos enunciados, que são reformulados de uma ata ou de um estatuto para outro com algumas poucas alterações: “*tornar a língua pura, eloquente, e capaz de tratar das artes e ciências*”; “*dar conhecer os talentos que nesta província florescem*”; “*escrever a*

¹³ ESTATUTOS DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS (1922). In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras – Ano 1922 – Ano I Nº. 1*, p.73. Disponível em: <http://issuu.com/portal_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

história universal, eclesiástica e secular da américa portuguesa”; “*tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional*”; *promover e incentivar a cultura literária no Estado de Mato Grosso*”

Ou seja, o estatuto do *Centro Mato-grossense de Letras* produz a repetição, o retorno a uma memória. A memória do dizer sobre as instituições acadêmicas literárias, a memória institucionalizada, controlada. Trata-se de um dito a respeito da prática dessas instituições, um *já-dito* sobre o qual nossos sentidos se constroem, sentidos que chegaram/chegam até nós, pelo processo de reformulação e de paráfrase. Por isso, quando se fala em instituição acadêmica literária temos a impressão de saber exatamente do se está falando, como se os sentidos fossem transparentes, como se não nos afetasse em sua historicidade.

Ao enunciar a necessidade de estudar a língua *vernácula*, assim como os modos de acesso a ela e à cultura em geral, o Estatuto do Centro Mato-grossense de Letras o faz a partir de uma identificação discursiva, que estabelece que o acesso à “civilização” se dá pelo estudo da “língua vernácula”:

Activar o estudo da língua vernácula pelo conhecimento dos bons autores e melhorar, quanto possível, a cultura geral, intensificando a luta contra o analfabetismo¹⁴.

Essa forma de designar a língua nacional brasileira, *língua vernácula*, chama a atenção, à medida que consideramos, que o termo vernáculo, datado de 1708, conforme o dicionário Houaiss (2009, p. 1937), enquanto adjetivo, caracteriza “[...] o que é próprio de um país, nação, região” e como substantivo designa a “[...] língua própria de um país ou de uma região, língua nacional, idioma vernácula”. Ainda de acordo com Houaiss (1992, p. 14) *língua vernácula* é a que falamos a partir do nascimento; “é aquela que se aprende em casa”, já que o termo *verna*, ante positivo do latim, *vernaculus* refere-se “a um escravo nascido na casa do amo, doméstico, de casa, nascido ou produzido no país, nacional”.

Diante do exposto, poderíamos dizer que os acadêmicos mato-grossenses, ao fazer referência à *língua vernácula*, *ao vernáculo* poderiam estar fazendo referência à *língua brasileira*, a *língua nascida no Brasil: língua geral* ou o *português-brasileiro*. Corrobora com esses sentidos o forte sentimento nacionalista que tomou conta do país, após a independência,

¹⁴ ESTATUTOS DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS (1922). In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras – Ano 1922 – Ano I N.º. 1*, p.73. Disponível em: <http://issuu.com/portal_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

tornando-se uma das marcas da Primeira República. Era, pois, tempo de constituir referências para uma identidade nacional e alguns elementos, tais como a língua, o povo, a história e o território/natureza nacional tornaram-se fundamentais nesse processo de construção da identidade do Estado-nação Brasileira.

A construção desses referenciais, a partir das práticas descolonizadoras, já vinha, de acordo com Orlandi (2001), se estabelecendo, ao longo de nossa história, e adquiriu concretude nesse momento. Em relação à língua, as produções e publicações de gramáticas, dicionários e a produção literária, tornaram-se instrumentos linguísticos que “[...] os intelectuais da época produziam visando formar brasileiros em uma sociedade em que o saber tivesse seu lugar” (ORLANDI, 2001, p.24). Esses instrumentos representavam a identificação entre povo, língua e nação.

No entanto, como analistas de discurso, sabemos que os sentidos são “moventes” e sendo assim, Orlandi (2010), o dizer do sujeito significa-o em condições determinadas, considerando que, de um lado o sujeito é impelido pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos. Ou seja, o sujeito é impelido por uma memória discursiva, por um saber/poder/dever, no qual os fatos fazem sentido, porque se inscrevem em formações discursivas que representam, no discurso, as injunções ideológicas.

Assim, suscetíveis à falha, ao jogo, sujeito e sentidos escorregam e derivam para outros sentidos, para outras posições, como podemos observar no recorte acima.

Os sentidos institucionalizados para língua vernácula (conforme dicionário) são contraditórios, considerando que no recorte retirado do Estatuto do Centro a *língua vernácula* em questão, possui uma base literária (*bons escritores*) que a referencia, ao mesmo tempo, ela é capaz de melhorar a *cultura/civilizar* e, assim, diminuir o atraso, o *analfabetismo*. Estes sentidos, postos para essa *língua vernácula*, são sentidos instituídos para uma língua gramatizada e institucionalmente legitimada. São sentidos constituídos para a língua *portuguesa, a língua do Príncipe*, capaz de *desterrar o povo da barbárie*, imposta ao Brasil, através do diretório do Marquês de Pombal.

O sujeito intelectual mato-grossense, ao dizer a língua para Mato Grosso, o faz a partir de sua inscrição em um espaço sedimentado do dizer sobre a língua. Ele o faz a partir do dizer do colonizador sobre a língua portuguesa no Brasil.

No entanto, considerando que, no processo discursivo, as circunstâncias de enunciação, o contexto sócio histórico e ideológico, funcionam conjuntamente pela memória enquanto interdiscurso, compreendemos que os intelectuais mato-grossenses, ao enunciarem

através do Estatuto do *Centro Mato-grossense de Letras*, devem ser considerados enquanto *posições-sujeito* em relação à língua que, em uma formação ideológica dada, determina o *que* e o *como* pode e deve ser dito.

Dessa maneira, no contexto da primeira metade do século XX, fervilhava, segundo Pfeiffer (2001), a polêmica acerca da língua falada no Brasil. De acordo com a autora, essa polêmica configurou a existência de quatro eixos enunciativos¹⁵ que construíram diferentes sentidos para a língua nacional do Brasil, sendo que, em um dos eixos tínhamos os escritores vernaculistas, defendendo a língua portuguesa enquanto língua nacional do Brasil, *língua portuguesa, língua materna, língua vernácula e/ou língua nacional*. Do outro lado, tínhamos os escritores românticos, que defendiam uma língua nacional brasileira com as características de seu povo, e, portanto, diferente da língua portuguesa de Portugal. Era conhecida como a *língua das transformações/dos desvios, o brasileirismo ou a língua portuguesa brasileira*, enfim, a língua falada pelo povo.

Assim, a formulação “*activar o estudo da língua vernácula*” nos dá pistas de que os intelectuais mato-grossenses estavam inscritos em uma formação discursiva que tinha a língua portuguesa como a língua nacional brasileira, como se pode verificar através das paráfrases que construímos abaixo:

Ativar o estudo da **língua nacional**.
Ativar a aprendizagem da **língua materna**.
Ativar a instrução em **língua portuguesa**.

Nesse funcionamento discursivo, há sentidos de *apropriação*, por parte dos intelectuais mato-grossenses, da “língua vernácula portuguesa”. Ou seja, a língua portuguesa é, para esses intelectuais, o “nosso vernáculo”, “a língua nacional”. Esse deslizamento metafórico faz compreender a língua portuguesa numa relação de sentidos parafrásticos com a língua nacional e com a língua materna.

Como o não dito também significa, conforme Orlandi (1998), o que não é dito é que no Estado circulavam outras línguas e outras variedades do português de Portugal. Isso justificaria a necessidade de “*activar*”, “*tornar ativo*”, “*intensificar*”, “*estimular*” o estudo da *língua vernácula, tornando-a “a língua do cidadão” mato-grossense*, apagando, neste processo, a constituição histórica do sujeito e da língua mato-grossense.

¹⁵ Pfeiffer (2001, p.169) esclarece, em uma nota de rodapé, que o “eixo enunciativo”, noção com a qual trabalha, “[...] constitui-se de várias enunciações que vêm de um mesmo lugar discursivo. Esta categoria analítica não pode ser confundida ou tomada pela noção de Formação Discursiva (FD); em uma FD ocorrem vários “eixos enunciativos””.

No mesmo enunciado, a formulação “*pelo conhecimento dos bons autores*”, tem a função de regular o modo como o estudo da língua vernácula deveria acontecer. Considerando que no Estatuto não há uma definição para “*bons autores*”, compreendemos que essa formulação se sustenta em um pré-construído, que, segundo Pêcheux (2009), é o *sempre-já-aí* da interpelação ideológica, que fornece-impõe sentidos já dados, sob a forma de universalidade. Assim, pelo interdiscurso, o sujeito pode sustentar o seu dizer por meio das filiações de sentido presentes no já-dito.

Ao discutir as noções de *civilização* e *cultura*, Orlandi (1990) reflete que, na divisão das perspectivas europeias, *civilização* se liga à ideia de processo e *cultura* à de produtos, sendo assim, “[...] *civilização/cultura* – transplantada para o colonizado, instala-se no mínimo, em uma contradição”, pois a noção de *civilização*, (ELIAS, apud ORLANDI, 1990, p. 53) apaga, até certo ponto, as diferenças dos povos, uma vez que é comum a todos os homens, enquanto que a noção de *cultura* remete a um sentido de limites, de “interno”.

O Estatuto do Centro, no entanto, tinha como finalidade “promover e incentivar a cultura literária *no* Estado de Mato Grosso” e não *do* Estado de Mato Grosso. Neste caso, assim como a “língua vernácula”, a “cultura”, também não era a de Mato Grosso como pretendiam os acadêmicos mato-grossenses:

Estimular e amparar as tendencias regionalistas na literatura, pelo estudo dos costumes, expressões artísticas e variantes dialectos em Matto-Grosso¹⁶.

É o equívoco na língua, uma contradição em relação ao ideário nacionalista/regionalista defendido pelos intelectuais mato-grossenses, fazendo intervir novos sentidos para a *língua e o sujeito mato-grossense*. Ao mesmo tempo, esse equívoco coloca em funcionamento a memória discursiva que, na produção do novo (constituição de uma identidade para a nação brasileira), produz também o repetível, o conhecido e, no discurso dominante (a língua nacional), o equívoco e a falha.

Como os acadêmicos da Academia Brasílica dos Esquecidos e da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (Mariani, 2001) que, com o intuito de sair do esquecimento e ficar visível aos olhos de Portugal, construíram um Brasil imaginário, do mesmo modo, no discurso do estatuto do Centro Mato-grossense de Letras, os intelectuais mato-grossenses

¹⁶ ESTATUTOS DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS (1922). In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras – Ano 1922 – Ano I N°. 1*, p.74. Disponível em: <http://issuu.com/porta_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

estabeleceram, no Brasil, essa relação entre o Rio de Janeiro e demais cidades litorâneas com o interior, num processo de integração e pertencimento desta região em relação Brasil-nação, como podem observar no trecho abaixo:

Entreter regular e assídua correspondencia com sociedades congeneres, para a permuta de publicações, de maneira que torne conhecido fóra do Estado o movimento intellectual em Mato Grosso¹⁷.

De forma clara, os acadêmicos mato-grossenses explicitam os seus desejos: “Entreter regular e assídua correspondência com sociedades congêneres”, tendo como finalidade primeira “fazer permuta de publicações” o que “tornaria conhecido fora do Estado, o movimento intelectual em Mato Grosso”.

No entanto, compreendemos, conforme Payer (2006), que, enquanto sujeitos de linguagem, somos colocados constantemente em condições de reproduzir discursos, palavras de ordem, repertórios, palavras simplesmente, sintaxes, modos de dizer, etc., não nos dando conta disso. É o sujeito constituído pelo esquecimento daquilo que o determina, e que não se dá conta da sua constituição, pelos/nos processos de interpelação ideológica, como observamos nos incisos abaixo:

Instituir e manter o culto civico, iniciado pela organização de uma galeria glorificadora de varões notaveis pelo saber e dedicação a Matto-Grosso ou vinculados à história mattogrossense por quaisquer manifestações de atividade intellectual¹⁸.

O Centro, além de outros meios que se lhe deparem, consentaneos à realização de seus fins, diligenciará: Organizar festas artísticas e literarias auxiliando todas as iniciativas deste genero que se revelem merecedoras de apoio¹⁹.

Ao propor como tarefa construir a história de Mato Grosso, o discurso do Centro retorna a uma cadeia de filiações de sentidos, cuja fundação pode ser encontrada na Carta de Pero Vaz de Caminha: “[...] enunciados que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente” (ORLANDI, 1993 apud MARIANI, 1996, p. 97). Esses

¹⁷ ESTATUTOS DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS (1922). In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras* – Ano 1922 – Ano I N°. 1, p.74. Disponível em: <http://issuu.com/portal_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

¹⁸ ESTATUTOS DO CENTRO MATO-GROSSENSE DE LETRAS (1922). In: *Revista do Centro Mato-grossense de Letras* – Ano 1922 – Ano I N°. 1, p.55. Disponível em: <http://issuu.com/portal_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.

¹⁹ *Ibidem*.

enunciados “[...] buscam impor um saber e uma autoridade sobre esse saber”, fundando um lugar de memória para o sujeito mato-grossense, (galeria/história glorificadora; varões notáveis pelo saber e dedicação), a partir de uma língua erudita.

Assim, no mesmo objeto simbólico (o Estatuto), temos o trabalho da contradição, do equívoco da língua, o seu real, produzindo movimentos de sentidos distintos para o sujeito mato-grossense: a construção de uma identidade própria (da região), expressa pelos *costumes e tendências regionalistas* e universalização (da nação), através da *língua vernácula e da literatura nacional*. Ou seja, nos enunciados do Estatuto do Centro Mato-grossense de Letras jogam os sentidos contraditórios em relação à *cultura e civilização* do/para o povo mato-grossense.

Contudo, consideramos que esses sentidos são causas e efeitos do processo de gramatização, já que historicamente, a emergência de uma consciência nacional, em um país marcado pela heterogeneidade de povos e línguas, como o Brasil, desencadeia o processo de constituição de uma identidade nacional e com ela, a construção de um *corpus* literário, que, como a gramática e o dicionário, considerados *instrumentos linguísticos*, “[...] não deixam intactas as práticas linguísticas humanas” (AUROUX, 1992, p. 70). Em que, para nós, discursivamente, tais práticas constituem-se enquanto discurso, por uma memória que se permite repetir.

Esses são, de acordo com Auroux (1992), fenômenos quase universais na constituição e transformação dos saberes linguístico, considerando que são, antes de tudo, fenômenos culturais e por isso mesmo, afetam o modo de existência da *cultura*, do mesmo modo de que dela procedem.

Nestes termos, a fundação do Centro Mato-grossense de Letras é um acontecimento constituinte do processo de gramatização da língua nacional brasileira, considerando que, ao fundá-lo, os acadêmicos mato-grossenses se posicionam e produzem sentidos para uma língua nacional.

Sentidos esses que, materializados na produção acadêmica mato-grossense, através dos temas, forma e estrutura da língua, nos dão pistas do funcionamento ideológico da língua, tendo em vista que a prática escrita desses acadêmicos significa a fixação/legitimação de um modelo, que para eles, seria a mais adequada expressão para a língua nacional brasileira que, naquele momento se constituía.

Em outras palavras, o discurso acadêmico mato-grossense pratica a língua, conforme as primeiras gramáticas e os clássicos da literatura portuguesa, de modo a conferir-lhes o

status de modelo – legitimado pelo Centro/academia – da língua nacional brasileira, provocando assim, um deslocamento em relação ao discurso romântico que, naquele momento, instituíra uma língua nacional com as características do povo brasileiro (uma língua “singular” / “simples” / “natural”).

A materialidade discursiva do Centro Mato-grossense de Letras marca o retorno aos padrões clássicos da língua portuguesa e nesse movimento, conforme Almeida (2006, p. 76), “[...] vemos o funcionamento discursivo do jogo do simbólico, o discurso sobre a língua se auto representando”.

De acordo com Pagotto (2001), no final do século XIX e início do século XX, o uso da próclise, como em “*que se lhe deparem*” e “*que se revelem*”, imprimia aos textos uma marca linguística modelar, ou seja, evidenciava uma filiação ao português europeu clássico, quando já havia no Brasil uma tendência para o uso de ênclise, que caracterizava o português coloquial.

Consideramos, no entanto, conforme Orlandi (2010, p.46), que a ideologia “[...] é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos [já que] o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Assim, compreendemos que o discurso acadêmico matogrossense, ao mobilizar sentidos de “erudição” e “tradição” para a língua nacional brasileira, o faz a partir de uma memória (institucional e discursiva) que define, pelas determinações históricas, o português clássico (do período colonial) como a língua nacional do Brasil, da mesma forma que define a posição-sujeito acadêmico mato-grossense.

Assim, num processo parafrástico, os enunciados do Estatuto do Centro Mato-grossense de Letras retomam sentidos produzidos ainda no processo de colonização, pois retomam o discurso acadêmico pensado por Portugal para o Brasil colônia do século XVIII. Enfim, graças à memória do dizer, que dá condições de sentidos, os acadêmicos mato-grossenses construíram um estatuto para o sujeito mato-grossense, a partir de um imaginário de língua, estado/nação, absolutamente glorioso, produzido a partir das memórias das conquistas de Portugal.

Para tanto, se servem de formulações anteriores, que já faziam parte do esquecimento, mas foram retomadas para sustentar os propósitos do Centro Mato-grossense de Letras: construir uma identidade (cultura /grandiosa) para o povo/território mato-grossense. Nesse processo, os Estatutos do Centro instauram um efeito de poder sobre os interlocutores/povo, já que eles se projetam no discurso do Centro, que, nesse caso, se define como seu porta-voz, o espaço discursivo do dizer/ditar uma língua nacional para Mato Grosso.

5- Do Centro Mato-Grossense de Letras: O belo nas Letras

As instituições acadêmicas, como já foram abordadas neste trabalho, tornaram-se, ao longo da história, espaços de enunciação ideais para dar visibilidade ao discurso sobre a língua e a literatura, sobretudo durante os processos de constituição e de legitimação dos estados-nações. Em Mato Grosso esse espaço consagrou-se como tal, na primeira metade do século XX, quando, no dia 07 de setembro de 1921, em uma cerimônia realizada no Palácio da Instrução, em Cuiabá-MT, foi oficializada a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras*.

Esse acontecimento, preparado por um grupo de intelectuais durante cinco meses, em seis Sessões Preparatórias, contou com a presença de autoridades e convidados ilustres. O destaque da cerimônia foi o discurso *O Centro Mato-grossense de Letras*, proferido pelo Bispo *Dom Aquino Corrêa*, que na ocasião desempenhava a função de presidente do Estado de Mato Grosso e presidente de honra do Centro. Essa peça de retórica foi posteriormente publicada, em 1922, na 1ª edição da Revista do Centro Mato-grossense de Letras.

Pensar o funcionamento de uma peça de retórica, nessas condições de produção, significa, conforme Pfeiffer (2002, p. 139), entender os sentidos construídos por ela, para as diferentes maneiras de dizer na/da língua nacional: “[...] é entender um pouco mais sobre os sentidos que vão sendo construídos para a língua nacional, o que inevitavelmente nos faz pensar sobre o sujeito que fala, ou não. Sujeitos brasileiros na construção de espaços possíveis para dizer”.

Considerando, segundo Orlandi (2010), que não há sentido sem interpretação e que os sentidos são constituídos na relação do sujeito com o histórico e com o simbólico, buscamos compreender os sentidos inscritos nessa forma de dizer a retórica, que tem o litígio em seu princípio de funcionamento:

A retórica é sistematizada a partir de uma demanda específica quando não havia ainda um direito constituído como tal a partir do qual se pautariam as decisões específicas daquele contexto. Neste processo histórico vimos que a retórica está ligada à construção das categorias do certo e do errado do bem e do mal, “exteriores” à própria língua: ela dirá sobre a conduta a ser seguida pelos homens (PFEIFFER, 2002, p. 140).

No processo discursivo de constituição de sentidos para a retórica, a “arte da argumentação”, “do bem dizer”, “a eloquência” e a “correção”, tornou-se determinante para o resultado do litígio, constituindo assim, os sentidos fundadores da retórica. Na mesma

medida, “[...] foi se construindo uma relação estanque entre a política e a retórica, colocando ambas no espaço da opinião, da subjetividade, do jogo de interesses” (PFEIFFER, 2002, p.140). Nesse decurso, foram conformados para a retórica, assim como para a política, (LAGAZZI-RODRIGUES, 1988 apud PFEIFFER, 2002, p. 140), sentidos de “demagogia”, de “discurso de opinião”, em oposição à verdade (científica/racional).

Arendt mostra que os sentidos que constituem a relação fechada entre política e retórica são fundados no conceito de verdade na história da filosofia que distingue, na época moderna (desde Leibniz), a verdade racional da verdade factual, já dentro da crença de que a verdade é produzida pelo espírito humano e não revelada. Às verdades racionais correspondem as verdades científicas e filosóficas, às verdades factuais os enunciados factuais (PFEIFFER, 2002, p.141).

Arendt (1972 apud PFEIFFER, 2002), estabelece que o conflito entre verdade racional e política é o espelhamento da oposição entre o filósofo (aí englobado o cientista) e o cidadão. Neste caso, o primeiro seria responsável pela verdade (racional) sobre as coisas, enquanto que o segundo é marcado pela opinião. Espelhamento que toma a forma do antagonismo platoniano entre o *diálogo* – discurso considerado apropriado à verdade filosófica – e a *retórica* – discurso através do qual o demagogo persuade a multidão. Assim, as “[...] ressonâncias ecoam, cidadão/opinião/não responsabilidade/retórica (discurso do cotidiano) x filósofo-cientista/verdade/ responsabilidade/ diálogo (discurso científico) [...]” (PFEIFFER, 2002, p.142).

Nesse percurso histórico, o conceito de verdade passa a ser questionado e a dicotomia entre verdade e opinião perde seu caráter estrito, passando a ser fortemente defendida a equivalência entre os dois conceitos.

Essas mudanças repercutem nos sentidos da retórica, que ora é tomada como domínio dos sábios, ora pertencente ao discurso de todos, ora com característica do político reduzida à política. Segundo Pfeiffer (2002), nessa história de sentidos, a retórica sempre foi desqualificada, desautorizada, quer seja pela falta da objetividade científica, quer seja pela falta da moral ou da ética, assim, a retórica passa a significar a falta. Nesse movimento de derivas, a retórica, (PFEIFFER, 2000, p.125) “[...] é ornamento, são as vestes de uma língua que falha, e que, por conseguinte, usa de certo encantamento para ser dita. [...] A retórica é a evidência daquilo que é falho, se ela está presente é porque o essencial está ausente: o pensamento”.

No entanto, Pfeiffer (op. cit. p. 127) pondera que, em relação à argumentação, tal como é tomada pelos sentidos da escolarização, há sentidos desdobrados, pois na retórica/argumentação pensada na ciência, não há lugar para a subjetividade, mas quando pensada em sua dimensão de ensino ela demanda o estatuto da opinião. Quem se apropria do dizer precisa ter o que dizer, mas só isto não basta, é preciso saber como dizer. E isso não é mais da ordem do subjetivo (emoção), mas do individual racional. Também não é da ordem do produtor do conhecimento, mas da ordem daquele que sabe apreender o conhecimento já produzido. De acordo com a autora, nesse contexto, ter uma opinião significa ser um-discernível no mundo, ter capacidade de se apropriar do conhecimento disponível e emitir sua posição pessoal: dar sua opinião.

Escrever bem, escrever no *bem-dizer*, instaura-se na contradição constitutiva de ser objetivamente subjetivo. Os sentidos demandam *a opinião* balizada de uma só vez pelo estético do belo e pela moral da verdade. São estes os sentidos postos em funcionamento hoje quando o sujeito escolarizado é solicitado a dar sua opinião inserindo seu dizer no bem-dizer (PFEIFFER, 2000, p.130).

Esses sentidos historicamente construídos na relação constitutiva do juridismo com a retórica e trabalhados pela filiação latina e pela educação jesuítica de catequização, chegam até nós, segundo Pfeiffer (2000), pela memória, como o sempre-já-lá da arte do bem dizer. Assim, efeitos de sentidos como a atribuição de deveres e responsabilidades, cobranças e justificativas, que significam o discurso retórico, estão na base discursiva que aponta a gênese da retórica para o lugar de constituição de um julgamento que não possui leis já formuladas para lhe conformar. Neste caso, é o discurso, no momento mesmo em que se dá, que institui o que é certo e errado.

Diante do exposto, consideramos que os sentidos para a retórica, constituídos ao longo dos séculos, produzem efeitos no processo discursivo de constituição de sentidos para o Centro Mato-grossense de Letras e para a língua nacional em Mato Grosso.

Conforme defende Orlandi (2010), para enunciar, para produzir sentidos é preciso que o indivíduo seja interpelado em sujeito pela ideologia, assim, tanto essa interpelação quanto as posições discursivas dos sujeitos que enunciam são determinadas ideologicamente, de acordo com as condições de produção em que se dá o dizer. Nesse entendimento, buscamos compreender como a retórica de Dom Aquino articula-se, enquanto posição discursiva, aos papéis jurídicos e administrativos, como o de governador do estado de Mato Grosso e membro do *Centro Mato-grossense de Letras*. Para tanto, consideramos as condições de uso

da linguagem que, para Orlandi (1996), incluem tanto os fatores da situação imediata quanto os fatores do contexto sócio histórico, ideológico, ambos refletidos nas diferentes formas com que se constituem os vários tipos de discurso.

Levando em conta as características de interação (relação da linguagem/contexto, compreendendo o contexto em seu sentido estrito e no sentido lato) e de polissemia (formas e sentidos diferentes) a que os discursos estão sujeitos, Orlandi (1996, p.153) afirma que um tipo de discurso resulta de um funcionamento discursivo, ou seja, “[...] a atividade estruturante de um discurso determinado, para um interlocutor determinado, por um falante determinado, com finalidades específicas”. Nesse processo, a interação considera o modo como os interlocutores se constituem. Assim, dependendo do critério de reversibilidade – que é o que determina a dinâmica da interlocução – pode haver maior ou menor troca de papéis entre locutor e ouvinte do/no discurso. Na polissemia, por sua vez, o critério tem a ver com a relação dos interlocutores com o objeto do discurso, podendo haver maior ou menor carga de polissemia de acordo com a forma de relação entre os interlocutores.

A partir dessas características, a autora distingue três tipos de discurso: o lúdico, o polêmico e o autoritário, sendo que, no discurso lúdico a reversibilidade entre os interlocutores é total. O objeto/referente dos discursos se mantém como tal, fazendo com que haja a circulação de diferentes sentidos, a polissemia neste caso está aberta. Já no discurso polêmico, a reversibilidade se dá sob certas condições, pois há uma tentativa de controle do objeto/referente por parte dos sujeitos e assim, a polissemia é controlada. Finalmente, no discurso autoritário a reversibilidade tende a zero, pois não há interlocução entre os sujeitos envolvidos, pois os sentidos que circulam para o objeto/referente são contidos por um dos interlocutores, já que há, nesse tipo de discurso, um assujeitamento à hierarquia de poder.

Assim sendo, no caso em questão, consideramos a peça de retórica *O Centro Mato-grossense de Letras* como um discurso político-pedagógico autoritário já que é um discurso que, “[...] afetado pelo poder, diz das relações de força e de sentidos que relacionam sujeitos sociais na história em função de seu poder fazer nas condições de suas existências [...]” (ORLANDI, 2012, p. 145). Nele, “a voz do saber” fala no sujeito intelectual, que, em tais condições, determina/controla os sentidos que devem circular em torno do Centro Mato-grossense de Letras, do sujeito nacional mato-grossense e da língua nacional, em um período marcado pelas polêmicas e contradições constitutivas do processo de formação da língua nacional brasileira.

A partir dessas considerações, passamos à análise da peça de oratória *O Centro Mato-grossense de Letras*.

Iniciamos nossa análise a partir da observação da estrutura empírica da peça de oratória *O Centro Mato-grossense de Letras*. A peça está estruturada em partes distintas. Ao todo são 12 partes incluindo a introdução e a peroração. Observamos que já aí, na estrutura de apresentação da peça, a inscrição do sujeito intelectual mato-grossense em uma memória que faz circular o modo de dizer institucionalizado. Essa memória faz remissão à obra “Retórica”, de Aristóteles, no século III A.C., quando o autor lançou as bases para sistematizar o seu estudo. Do mesmo modo, com o trabalho de Quintiliano, que estabeleceu, posteriormente, a didatização da retórica aristotélica.

O entrecruzamento dessa memória institucionalizada com o interdiscurso deu condições para que o sujeito intelectual mato-grossense – inscrito no lugar social de presidente da província de Mato Grosso e presidente de honra do Centro Mato-grossense – pudesse produzir, através do jogo de imagens descrito por Orlandi (2010), antecipações sobre seus interlocutores, sobre o efeito de seus dizeres em seus interlocutores e de si mesmo, enquanto interlocutor, de forma a regular seus dizeres, sua argumentação.

Comprendemos, no entanto, que não são os sujeitos físicos, nem seus lugares empíricos que funcionam no discurso, mas sim suas imagens que resultam de projeções.

Observemos o início da oratória de Dom Aquino:

Agraciado, pela gentileza dos próceres de nossa cultura literária, com o pergaminho de Presidente de honra do Centro Mato-grossense de Letras, que hoje se instala, e convidado a presidir-lhe a solenidade festiva desta primeira sessão magna, sobrestive, a princípio, hesitante sobre se, a este rito inaugural, conviesse apenas a elegante e leve clâmide grega de culto às letras, ou se também a venerável toga da magistratura suprema do Estado, da qual, imerecidamente embora, achava-se investido quem se preza de fala-vos neste momento.

Decidi-me pelo segundo alvitre, ao pensar, que o Governo do Estado não possa quedar-se indiferente ao notável fenômeno luminoso que se vem produzindo na esfera sideral da intelectualidade mato-grossense, e também, deixais que vo-lo diga, a delicadeza de vosso gesto [...] teve em mim a sensação de uma carícia, um encanto novo, um quê suavíssimo dessas flores [...]. (CORRÊA, 1922, p.09).

O trabalho da ideologia é produzir, segundo Orlandi (2010), a evidência do sujeito e do sentido. Ou seja, ela torna transparente o que se constitui por remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam como dominantes e, ao mesmo tempo, apaga o fato que o indivíduo é por ela interpelado em sujeito. É essa ideologia que produz, no sujeito

intelectual mato-grossense, a ilusão de poder escolher entre os dois lugares que ocupa socialmente a posição da qual falará – a de *presidente da província de Mato Grosso* ou a de *presidente de honra do Centro Mato-grossense*. Nessa ilusão necessária²⁰, o sujeito mato-grossense *decide* falar a partir do lugar de presidente do Estado.

Ao inscrever seu dizer nesse lugar, ele está se legitimando como tal – *o presidente da província de Mato Grosso* – e isso, por si só, já lhe confere sentidos de autoridade. No entanto, no jogo imaginário, o sujeito supõe que só estar neste lugar não é suficiente para legitimar o seu dizer. Assim, para produzir o efeito desejado – de credibilidade – o presidente inscreve o seu dizer em um funcionamento discursivo que expõe, aos interlocutores, seu caráter, características e habilidades. É isso que podemos constatar quando o encadeamento discursivo adotado dá visibilidade à sensibilidade do enunciador. Ou seja, um sujeito *agraciado pela gentileza, sensível a delicadeza de vosso gesto, teve em mim a sensação de uma carícia, um encanto novo [...]*. Esse modo de dizer, a utilização de um léxico rebuscado, os rodeios, o apelo emocional, característico da arte retórica, revelam um dizer planejado, cujo objetivo é convencer, persuadir seus interlocutores.

Ainda de acordo com esse propósito e atendendo as regras da “boa retórica”, *Dom Aquino* põe em funcionamento sua competência político-administrativa, quando relaciona os lugares sociais que ocupa: *presidente de honra do Centro, presidente da solenidade e presidente do Estado de Mato Grosso*. Compreendemos que esses são lugares de prestígio social, principalmente, o de presidente do Estado, embora o enunciador se utilize de uma “falsa modéstia”, também própria do jogo retórico, quando afirma não merecer aquele lugar: *venerável toga da magistratura suprema do Estado, da qual, imerecidamente achava-se investido*.

Considerando o contexto sociocultural de Mato grosso naquele período e as condições de produção em que se deu o discurso, compreendemos, nesse enunciado, o silêncio funcionando de modo a produzir e administrar os sentidos. Ou seja, para dizer x (que é um bom administrador, que trouxe a paz e o desenvolvimento sociocultural para a região), o sujeito (*Dom Aquino*), diz y (não ser merecedor do cargo que ocupa).

Em outras palavras, *Dom Aquino* utiliza-se de um funcionamento discursivo próprio da retórica a “dissimulação honesta”, que, em seu funcionamento, (MISSIO, 2004), tem como característica “desviar da franqueza sem incorrer na mentira”.

²⁰ “As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção dos sentidos” (ORLANDI, 2010, p. 36).

Ainda a respeito da dissimulação honesta, Cícero (apud, MISSIO, 2004, p. 84) argumenta que, “[...] dissimula que fala diferente do que pensa, não contra o que disse, mas dizendo de modo contrário”. Assim, esse modo de falar convém aos oradores e à conversação urbana, considerando que os ouvintes admitem esta linguagem, já que possuem o mesmo hábito. De acordo com Missio (2004, p.155):

Accetto fundamenta o valor da dissimulação como hábito adquirido após o reconhecimento de Adão de sua nudez perante seu Criador, encobrendo-se para não o ofender. Frente àquele que tudo vê, forja-se um espaço de jogo em que o homem fingiria poder ocultar-se, e Deus fingiria a eficácia deste ato (MISSIO, 2004, p.155).

Por esse funcionamento discursivo, a dissimulação honesta pode ser entendida (op.cit, p.08) como o processo de “[...] espelhamento da palavra e da ação dissimuladas, entendidas como capacidades de ação civil e política, bem como de efeito prazeroso e de autodefesa, acompanhados de elegância e agudeza [...]”.

Assim compreendido, pensamos que dissimulação honesta possui o mesmo funcionamento de um estereótipo, que produz um “[...] papel imaginário análogo ao “pré-construído” (o efeito do já-dito que sustenta o dito), com efeito inverso, que dá ao sujeito a impressão de que só ali os sentidos retornam [...]” (ORLANDI 2007, p. 126).

Ou seja, graças ao mecanismo de antecipação²¹, o enunciador se utiliza da dissimulação honesta, para atender àquilo que “pensa” ser a expectativa de seus interlocutores em relação a sua personalidade: *um sujeito despido de vaidades em relação ao seu valor, suas realizações e êxitos*, dissimulando assim, seus verdadeiros sentimentos em relação àquele lugar social.

Considerando ainda, que esse recurso (dissimulação honesta) faz parte do senso comum, compreendemos que o sujeito já enuncia, supondo que seus interlocutores sabem atribuir (ou devolver) o(s) outro(s) sentido(s) ao seu dizer. Assim, ao dizer o mesmo (não mereço) para significar outra coisa (mereço), o discurso de *Dom Aquino* “[...] passa a significar pelo seu avesso, por seu duplo”. (op. cit. p. 125). Este é, enfim, um modo de dizer que produz efeitos de um dizer de fora, de uma memória que coloca em funcionamento princípios da função autor, conforme Foucault (1969).

²¹ Segundo o mecanismo de antecipação, todo sujeito tem a capacitação de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem (ORLANDI, 2010, p. 39).

Nesse espaço do dizer – o da retórica, o do iluminismo – os dizeres de *Dom Aquino* produzem sentidos, seja pela memória que recorta (a memória acadêmica) – *a elegante e leve clâmide grega de culto às letras* – que produzem efeitos de conhecimento, autoridade, legitimidade sobre o tema, seja quando faz intervir, pelo uso da língua (vocabulário, sintaxe), sentidos de correção, formalidade, tradição linguística. De toda a forma, o que o dizer do presidente produz é, enquanto efeito, a construção de um imaginário acerca do sujeito-intelectual ideal que funciona de modo a representar, a ser o porta-voz do povo mato-grossense (dos que ali estavam), naquele momento histórico.

Vejamos outro recorte do discurso de D. Aquino:

Venho, pois, a vós com toda a minha alma, como queria e dizia que fizéssemos nos adejos para o ideal, com aquele grande mestre que foi Platão, o alcandorado filósofo amigo das oliveiras e plátanos pensativos dos bosques de Academo, tipo histórico das modernas academias e instituições consímiles, das quais a nossa, na penumbra da sua modéstia, é uma pálida miniatura.

Venho a vós com a alma de confrade, para agradecer-vos, comovido, a honra que vai para mim nessa aclamação partida de uma assembleia de optmates das nossas letras; venho a vós, com alma de mato-grossense, para trazer-vos, no caráter de Presidente do Estado, as palmas e lauréis, que vos decreta o Governo; venho a vós, enfim com alma de bispo para, na humildade de meu sacerdócio, implorar a benção olímpica do azul, sobre a novel instituição em flor, repetindo vos, como outrora, entre os idílios pastorais da Arcádia, [...]. (CORRÊA, 1922, p.10).

Nessa sequência enunciativa, *Dom Aquino* retoma/repete seus próprios dizeres. Característica, mais uma vez, do modo de dizer retórico. De acordo com Pfeiffer (2002) esse modo de funcionamento da retórica a significou como um discurso vazio, fruto da emoção, enfim um discurso que não vai a lugar algum. É nesse sentido que a retórica vai tomando o sentido de evidência daquilo que é falho, o pensamento, a língua.

Ao se colocar nesse lugar de erudição o sujeito-enunciador o faz a partir de redes significantes do dizer retórico, atravessadas por um imaginário de locutor/referente/interlocutor. Nesse processo, o sujeito-locutor tem a ilusão de que conhece os seus interlocutores e as suas expectativas. Ou seja, tem a ilusão de que sabe o que eles querem ouvir, o que precisam ouvir e como devem ouvir, para que seu discurso (sobre o Centro Mato-grossense de Letras) tenha aceitabilidade, para que produza convencimento. Com base nesse imaginário, sua discursividade, pautada em um dizer retórico, se repete, colocando em funcionamento um batimento entre o mesmo e o diferente.

Venho declarar, como declaro, oficialmente instalado o Centro Mato-grossense de Letras, esboçando-vos, ao mesmo tempo, em largas pinceladas, o que penso e espero do seu auspicioso programa de ação [...] (CORRÊA, 1922, p.10).

A imagem do sujeito-presidente-intelectual ideal, imaginariamente construída nessa sequência discursiva, produz outra representação do sujeito do discurso, uma vez que é a voz da instituição, com toda sua autoridade (*Venho declarar, como declaro*) histórica e ideologicamente constituída, que se faz ouvir nos dizeres do presidente, pois cabe a ele, como representante do Estado e da instituição, dizer o que deve ser feito (*o que penso e espero do seu auspicioso programa de ação*). Trata-se, pois, da forma sujeito-histórica, descrita por Orlandi (2010, p.50) como sendo a de “[...] um sujeito livre e ao mesmo tempo submisso, capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas”, pois ele é, na sua relação com os sentidos, determinado pela exterioridade. Nessa relação, esse sujeito, o sujeito-de-direito, não é uma entidade psicológica, ele é efeito de uma estrutura social e seu dizer é instituído historicamente em sua relação com a língua.

A instituição que *D. Aquino* representa, no caso o Centro/Estado, é lugar de estabilização dos sentidos e conseqüentemente de um tipo de funcionamento discursivo. Assim, cabe ao representante da instituição/Estado a estabilização imaginária do discurso, que se estabelece pelo seu poder dominante. Estas são, de fato, as relações de poder estabelecidas socialmente, por meio de uma memória, a das academias, que, através de relações histórico-ideológicas com o poder, determina e constitui o discurso do sujeito-presidente-intelectual mato-grossense. São essas relações de poder que estabelecem/impõem/legitimam as práticas/normas, que se apresentam como naturais e únicas (efeito da ideologia), quando, na verdade, são frutos de tomadas de posição ideológicas, feitas com base no contexto social.

Neste contexto social da primeira metade do século XX, Mato Grosso/Brasil estava em processo de gramatização da língua nacional brasileira. Assim, ainda repercutiam e faziam efeitos, nas práticas e discursos sobre a língua portuguesa no/do Brasil, as polêmicas iniciadas no final do século XIX. Polêmicas que foram desencadeadas pelo discurso dos românticos em torno de uma literatura nacional, apoiada em uma língua nacional própria.

De acordo com Almeida (2006), a partir século XIX (até o final da primeira metade do século XX), o modelo linguístico para a língua portuguesa instituída no Brasil, tanto para a língua escrita quanto para a língua falada, é dado pela literatura. Ou seja, era a escrita literária que prescrevia e normatizava as possibilidades de uso, pelo sujeito-brasileiro, da língua portuguesa.

A partir dessas considerações, buscamos compreender os sentidos postos para a língua nacional, nos dizeres de *Dom Aquino* em *A Beleza da Forma* (trecho da peça de oratória *O Centro Mato-grossense de Letras*):

Assim com Senhores, à luz da crítica, distinguem-se, na obra literária, duas entidades, a forma e a matéria ou fundo, assim também resplandecem nelas duas belezas: a beleza da forma e a beleza da matéria. Cultivá-las ambas, eis a missão do Centro Mato-grossense de Letras.

Não falo, entretanto, do parnasianismo na concepção estritamente histórica que lhe cabe, de corrente poética, mas num significado mais amplo, que possa abranger também a prosa, qual se impõe em tertúlia como esta, onde brilham conjuntamente prosadores e poetas.

Nem falo, está claro, desse parnasianismo decadente, já fulminado por Euclides da Cunha, como a “idiotice do culto fetichista da forma”. O parnasianismo, tal qual o entendemos, nada mais significa senão a escola literária, cujo supremo ideal é a perfeição. Tudo o mais é secundário, ou mesmo extravagante [...]. (CORRÊA, 1922, p.13).

Podemos observar que os dizeres de *Dom Aquino* estão filiados à teoria do movimento parnasiano. O parnasianismo foi um movimento literário que surgiu na França, na segunda metade do século XIX, e de lá se expandiu para a Europa, chegando ao Brasil naquele mesmo século. De caráter exclusivamente poético, o movimento parnasiano tinha como ideal a *perfeição estética, a forma* e a sublimação da “arte pela arte” (o interesse pelas coisas comuns a todos os homens seria “matéria impura”), configurando-se em uma reação aos *exageros*, abusos sentimentais e “incorreções” linguísticas dos românticos.

Assim, compreendemos que os dizeres de *Dom Aquino* retomam sentidos já institucionalizados por esse movimento literário. Trata-se de um discurso constituído por uma memória, por um já-dito sobre *a beleza da forma e pela perfeição formal almejada pela Antiguidade clássica*. No entanto, esse já-dito está inscrito em outras condições de produção que, numa relação com a memória discursiva, põe em movimento os sentidos e constituem, dessa forma, outros sentidos, produzindo deslizamentos e rupturas. É o que podemos perceber em *a beleza da forma e a beleza da matéria. Cultivá-las ambas, eis a missão do Centro Mato-grossense de Letras* e em *parnasianismo deve abranger também a prosa*.

Há nesses dizeres, um gesto de interpretação do sujeito intelectual mato-grossense, a partir do qual o sujeito, tanto pode repetir formalmente os sentidos já institucionalizados, ou se constituir como autor, atribuindo outros sentidos para o objeto simbólico em questão, inscrevendo-o na memória discursiva. Nos dizeres de *Dom Aquino*, a linguagem (correta, culto-clássica, rebuscada) não deve ficar restrita à *poética*, pelo contrário, deve se estender também à *prosa*. Da mesma forma, *a beleza da matéria deve ser cultivada pelo Centro*.

Assim, considerando se tratar de um período de constituição de uma identidade sociolinguística para o cidadão mato-grossense/brasileiro, e considerando também que o processo de constituição dos sentidos é histórico e se dá no espaço discursivo da relação de memória com a atualidade, compreendemos esses dizeres como um gesto de interpretação em relação à prática e ao discurso romântico em torno de uma língua nacional brasileira, já que eles (os românticos) almejavam uma língua “simples”, que exprimisse o “sentimento/pensamento” do brasileiro.

Nesse período, de acordo com Fragoso (2001), os escritores românticos criam um saber linguístico específico para a língua nacional brasileira. Saber que descrevia/interpretava a língua nacional, a partir de objetos simbólicos que criavam a realidade (o imaginário) de uma língua que tinha unidade. E a literatura era um desses objetos simbólicos.

O Centro Mato-grossense de Letras é, portanto, um gesto de interpretação dos intelectuais mato-grossenses em relação ao processo de constituição da identidade linguística do sujeito brasileiro, um instrumento de constituição e legitimação de uma prática linguística, como se pode observar no trecho *O Estudo do Vernáculo*:

Frisemos apenas o seu postulado máximo: o cultivo do vernáculo.
Vai nisto, alias, salvo melhor juízo, a sua feição mais prática e útil, a causa primeira dos seus triunfos.
Já ouviste, por certo, daquela célebre sociedade acadêmica, tão em flor antigamente na Itália, *Accademia della Crusca* ou Academia de Farelo, como se batizara ela própria com nome simbólico adotando, ademais, por armas uma peneira e por divisa estas palavras: *ilpiú bel fior ne coglie*: colhe a fina flor da farinha. A alegoria é transparente e expressiva.
Nascera ela, a Academia, da necessidade e desejo de expurgar sempre mais de farelos e impureza a flor do pátrio idioma, o que conseguiu, principalmente com a publicação de seu grande dicionário, tido e havido por modelo no gênero.
Que nobre e patriótica tarefa para o Centro!
Ser paladino da pureza virginal da língua materna! Quem lhe dera, antes de tudo, poder bradar eficazmente como o poeta:
Rompam-se as minas gregas e latinas! Seja, pois aspiração primordial do Centro, o esmero da linguagem, sem o que não há, nem pode haver, beleza literária. Estudemos carinhosamente o vernáculo, na lição assídua dos modelos, colecionando pacientemente, a bico de pena, as suas flores, cômicos de que escrever é como ler duas vezes: *quiscrabit, bis legit* [...].
(CORRÊA, 1922, p.14-15).

Constituído da autoridade que seu lugar social, imaginariamente lhe proporciona, *Dom Aquino* produz efeitos que impõem, direcionam e controlam os sentidos para a língua nacional, a partir de um imaginário de *vernáculo, de pátrio idioma, língua materna, pura, correta, elegante*, enfim, de uma língua *clássica*.

Contudo, compreendemos que esses sentidos não estão evidentes, pelo contrário. Nesse processo de conformação de uma identidade linguística /literária para Mato Grosso, os dizeres dos intelectuais mato-grossenses revelam as contradições e tensões constituintes do processo.

É o que observamos nos dizeres de Dom Aquino, quando ele se refere à *nossa cultura literária*, às *nossas letras* ou à *nossa academia*. A modalização do pronome (*nosso*) faz funcionar sentidos de pertencimento, de posse em relação à *cultura literária*, às *letras* e à *academia*. Contudo, considerando as condições de produção dessa discursividade, poderíamos questionar: Cultura literária de quem? De Mato Grosso? Brasileira? Ou a clássica portuguesa?

Esses mesmos questionamentos, também podemos fazer em relação às *nossas letras*. E também aí, teríamos a opacidade dos sentidos, já que nesse processo de constituição de uma identidade linguística /literária para Mato Grosso/Brasil, os sentidos em relação ao que é *nosso*, do Brasil, de Mato Grosso, se confundem com os sentidos de *nosso*, produzido pelo colonizador europeu, ao longo de séculos de colonização.

Ou seja, o *nosso* (de Mato grosso, do Brasil), discursivizado pelo acadêmico mato-grossense, é um *nosso* constituído por um discurso *outro* que, de uma forma ou de outra, irrompe e produz sentidos no dizer desse sujeito.

É o que podemos observar pelas expressões:

Accademia della Crusca;
Ilpiú bel fior ne coglie;
Quiscribit, bis legit;
Ars longo, vitabrevis.

Os dizeres de Dom Aquino, entremeados de expressões estrangeiras (latinismo e o italianismos), evidência o domínio uma cultura, de uma língua clássica, de um outro tempo, de um outro sujeito. Contudo, Dom Aquino utiliza essas expressões como se fossem de domínio de todos. Como se seus interlocutores conhecessem e/ou também utilizassem de tais expressões. Nesse funcionamento, esse modo de dizer se legitima, como sendo o *nosso* modo de dizer, a *nossa* língua portuguesa, sem nos esquecermos de sua origem, de seu berço.

Por outro lado, ao inserir palavras estrangeiras em seu dizer, principalmente o latim, Dom Aquino está constituindo, para si, sentidos de um sujeito *refinado*, *culto*, *erudito*, já que domina outras línguas, domina o *latim*, uma língua *formal*, *clássica*. E é *essa língua*, *esse modo de dizer*, *essa cultura*, que Dom Aquino significa como sendo a *nossa cultura*, *nossas letras*, enfim, é pelo que irá trabalhar a *nossa academia*. Mas, por ser uma língua e uma

cultura que não é do domínio de todo o povo mato-grossense, Dom Aquino produz uma separação, de si mesmo e do grupo de intelectuais do estado, como sendo aqueles que, de fato, podem falar de uma cultura e de uma língua erudita e que, portanto, podem pertencer e trabalhar a *nossa academia*.

IV- O VERNÁCULO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM MATO-GROSSO: PARÁFRASE E POLISSEMIA

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, que é compreender os sentidos postos para *vernáculo e/ou língua nacional* na produção acadêmica mato-grossense, nas primeiras décadas do século XX e XXI, retomo alguns materiais de análise que fazem parte do arquivo acadêmico.

Para a análise desses materiais, consideramos, conforme Orlandi (2008), que a ideologia tem uma materialidade e o discurso é o lugar em que se pode ter acesso a essa materialidade. Assim, conhecer o funcionamento do discurso acadêmico mato-grossense é compreender como ele produziu/produz sentidos para a língua nacional brasileira, naquelas condições de produção (sociais, econômicas e ideológicas), tendo em vista o processo de constituição da língua nacional brasileira.

Consideramos ainda que o imaginário de uma língua “vernácula”, “legítima”, “tradicional”, “pura”, construído pelas práticas de linguagem dos acadêmicos mato-grossenses, conforme pode ser observado no material de linguagem que recortamos, é um reflexo indireto da memória do discurso acadêmico europeu, instituído no Brasil pela prática colonizadora. Trata-se, de acordo com Orlandi (2008, p.20), de “[...] um discurso sempre se faz passar por outro discurso”, apagando os sentidos outros, a historicidade da língua nacional brasileira, em prol de um determinado discurso *sobre* a língua nacional.

O discurso *sobre*, é segundo Orlandi (2008), uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos, já que ele se dá a partir de uma memória (interdiscurso), constitutiva de dizeres, formulações e doutrinamentos, veiculados, muitas vezes, por uma voz de autoridade e de verdade que aparece para harmonizar as diferentes vozes dos discursos *de*. Ou seja, o discurso *sobre* trabalha com a polifonia, organiza as diferentes vozes dos discursos, a partir de uma interpretação. Dessa forma, ele funciona como uma espécie de mecanismo controlador dos sentidos, um funcionamento incessante para manter um sentido literal, um efeito de direcionamento a um centro, a um alvo visível e indiscutível.

Assim, consideramos que o discurso dos acadêmicos mato-grossenses *sobre* a língua nacional é parte integrante da arregimentação (interpretação) dos sentidos dos discursos *da* língua nacional. Sendo assim, esse discurso funciona no sentido de organizar, disciplinar a memória, reduzindo-a, produzindo a suposta transparência (evidências, efeitos de discurso) que permeia a produção dos sentidos e dos sujeitos na relação com o outro. Como resultado,

temos a opacidade dos sentidos e dos sujeitos, já que a linguagem, a memória se estrutura na tensão entre dois processos: o parafrástico e o polissêmico.

Em outras palavras, conforme Orlandi (2008), o espaço em que se espraiam os sentidos é o de multiplicidade, de largueza, mas também de truncação: um sentido se desdobra em outro, em outros: ou se emaranha no seu mesmo e dele não se solta. Cabe ainda, nesse processo, “[...] a fugacidade porque o sentido não se deixa pegar. Ele é errático, não dura, o que dura é seu arcabouço, a instituição que o fixa e o eterniza. Ele, no entanto, se move em outros lugares” (ORLANDI, 2008, p.51).

É a partir dessa relação (de paráfrase e de polissemia) que buscamos compreender, nessa análise, os sentidos postos para a língua vernácula em Mato Grosso, considerando que o termo *vernáculo/a* ora se repete e/ou se reformula, em relação à memória do dizer sobre a língua nas produções literárias mato-grossenses.

A análise da peça de retórica de *Dom Aquino – O Centro Mato-grossense de Letras* – proferida durante a fundação oficial do *Centro Mato-grossense de Letras* deu visibilidade ao fato de que a língua legitimada pelo *Centro* ora é designada como *vernáculo*, ora como *língua materna*. O mesmo se observa em *Sedes Brasileiros!* (1924) – oratória proferida por *Dom Aquino* em cerimônia de colação de grau de uma turma de bacharéis.

De acordo com Pêcheux (2011), deve-se trabalhar a *materialidade discursiva* no nível da existência sócio histórica, que não se reduz nem a língua, nem a literatura, nem mesmo as mentalidades de uma época, mas que remetem às condições materiais de existência simbólica dos objetos em uma conjuntura dada.

Assim, pode-se dizer que as formas discursivas nas quais os “objetos” aparecem, são sempre conjunturalmente determinadas enquanto objetos ideológicos, nem universais históricos, nem efeitos ideológicos de classe. Esses objetos, de acordo com Pêcheux, teriam a propriedade de ser, ao mesmo tempo idênticos a eles mesmos e diferentes deles mesmos. Isto é, de existir como unidade dividida, suscetível de vir a se inscrever em um ou em outro efeito conjuntural, politicamente sobredeterminado. É esse funcionamento que buscamos compreender nos dizeres de Dom Aquino sobre a *Língua Vernácula*, na peça de oratória, *O Centro Mato-grossense de Letras*:

Frisemos apenas o seu postulado máximo: o cultivo do vernáculo. Vai nisto, alias, salvo melhor juízo, a sua feição mais prática e útil, a causa primeira dos seus triunfos. Versos límpidos e cantantes, rimas claras e opulentas, estrofes impecáveis como ânforas de Atenas, imagens plásticas e esplendorosas, tudo isto iria parar em aspiração ou sonho quimérico, sem a pureza, a correção, a elegância da linguagem. Estudemos carinhosamente o

vernáculo, na lição assídua dos modelos, colecionando pacientemente, a bico de pena, as suas flores, cômicos de que escrever é como ler duas vezes. [...] (CORRÊA, 1922, p.09-15).

O sujeito-intelectual mato-grossense constrói um imaginário de língua *vernácula* pura, correta e elegante e, à medida que assim a caracteriza (*pura, correta, elegante*), inscreve o seu dizer em uma rede de sentidos sobre a língua portuguesa, que tem sua filiação histórica no *diretório*, do marquês de Pombal. A prática dessa língua é condição para se *escrever bem, bonito*. De outra forma, não tem valor, *não tem beleza*. Esses são sentidos constituídos na relação *língua portuguesa / língua geral, língua brasileira* ao longo do processo de colonização (o contexto mato-grossense do início do século XX), que continua os seus efeitos sobre a prática de linguagem do sujeito mato-grossense. Para Pêcheux (2011), esses dizeres, que funcionam como “unidades divididas”, são determinados ideologicamente e sua inscrição, nesse contexto de um país independente, voltado para a constituição de uma língua nacional própria, produz efeitos, provoca perturbações nos sentidos. Assim, para o autor não há uma estrutura sêmica do “objeto” e, em seguida, aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação. Ao contrário, a referência discursiva do “objeto” é construída em formações discursivas que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso. Dito de outra forma, os sentidos originários não originam em si mesmos, mas são produzidos e estabilizados historicamente, produzindo efeitos de evidência.

O interdiscurso, segundo Pêcheux (2011), longe de ser efeito integrador da discursividade, torna-se seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva, que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente.

É o que se verifica no caso da designação *língua materna*, que, de acordo com Guimarães (2003, p.48), é aquela “[...] cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a pratica; [...] a língua que se representa como primeira para seus falantes”.

Considerando que os sentidos não são dados *a priori*, *mas se constituem em uma situação dada*, questionamos: como são trabalhados os sentidos para *língua materna*, na produção do sujeito-intelectual mato-grossense?

Vejamos um trecho da peça de oratória *O Centro Mato-grossense de Letras*:

Ser paladino da pureza virginal da língua materna! Quem lhe dera, antes de tudo, poder bradar eficazmente como o poeta:

Rompam-se as minas gregas e latinas! Fazendo reflorir entre nós a cultura clássica, especialmente do latim que, relegado aos poucos, para o cadoz das migalhas, vai colocando em aperturas as modernas gerações de intelectuais, tão necessário é ele ao trato íntimo com as letras em sua varia modalidade. [...] (CORRÊA, 1922, p.15).

Nessa sequência enunciativa é possível ver os efeitos do processo de constituição uma língua nacional, em um país recém-liberto. Nesse processo, não basta só dizer, a língua materna. O sujeito sente necessidade de constituir referenciais para essa língua. A língua materna em questão é pura, clássica, de origem latina. Esse é um modo de dizer: *língua materna = língua portuguesa*. Esses são efeitos de séculos de colonização linguística, ou seja, sentidos des-controlados em relação à língua materna: *língua portuguesa/ língua portuguesa brasileira*. Nesse, funcionamento discursivo, no jogo metafórico, o sujeito intelectual mato-grossense, tem a ilusão de controlar os sentidos.

De acordo com Pêcheux (2011), a produção discursiva dos objetos “circulam” em diferentes regiões discursivas, das quais nenhuma pode ser considerada originária, pois um discurso só se firma porque tem mais condições históricas de aceitação e circulação, silenciando outros discursos. É o que observamos na sequência abaixo, peça de retórica de *Dom Aquino, Sedes Brasileiros!* (1924):

Qualquer que seja a profissão, por onde vós encarreireis na vida, tanto mais brilhante será elas, quando melhor souberdes manejar as belezas do pátrio idioma. Figurai-vos Euclides da Cunha com todo o seu talento, e Ruy com toda sua erudição, mas desataviados das roupagens fascinadoras do estilo: dar-nos-iam a impressão de astro apagados e despercebidos.

Amai, pois, e estudai por toda a vida, ò moços, a língua materna, **a doce e nobre** língua da Pátria, essa “última flor do Lácio, inculta e bela” que podeis e deveis tornar sempre mais bela pela cultura, a fim de que sempre mais.

“Floresça, fale, cante, ouça-se e viva

A portuguesa língua, e já onde for,

Senhora vá de si, soberba e altiva!”

Mãos à obra, e desde logo, o moços! Ars longo, vitabrevis: a tarefa é longa e a vida breve. Não desperdiceis o tempo em leituras fúteis. Preferi sempre as que, ao útil da matéria, entrelacem a flor do dizer puro e elegante. Abundam elas, Deus louvado, em nossas letras portuguesas, onde os maiores mimos virginais da língua parecem coincidir com as maiores elevações do pensamento. [...] (CORRÊA, 1922, p.139-150).

Na busca de instituir e estabilizar sentidos para língua portuguesa imaginária, como sendo a língua nacional, em um processo de constituição linguística, entram em jogo, na discursividade de Dom Aquino, a metáfora e a metonímia. A primeira aparece como efeito metafórico do interdiscurso, sob a forma de inserção e/ou substituição, produzindo efeitos de

perturbação dos sentidos ou de referências. A outra, como uma tentativa de “tratar” a perturbação dos sentidos.

Nas sequências enunciativas acima, observamos várias designações para a língua, que estava sendo instituída/imposta ao sujeito mato-grossense como a língua do Brasil: *pátrio idioma, língua materna, língua da pátria, a última flor do Lácio, a portuguesa língua, flor do dizer puras e elegantes, letras portuguesas*.

Diante dessas sequências, consideramos que havia, por parte do sujeito intelectual mato-grossense, uma “certa reserva” em nomear a língua. Tanto que a denominação *portuguesa língua* foi apresentada dentro de uma estrofe de um poema escrito por Antônio Ferreira, no século XVI. Contudo, os sentidos não ficam soltos, pois, através de paráfrases, *língua materna/língua da pátria/ a última flor do Lácio*, a língua portuguesa vai sendo dita e significada.

De acordo com, Pfeiffer (2001), ao discutir a língua nacional no espaço das polêmicas do século XIX/XX, no terceiro eixo analisados pela autora, estava o sujeito brasileiro que reivindicava para si a língua portuguesa de Portugal como sua *língua materna*. Tratava-se, contudo, de uma prática considerada conservadora e retrógrada, principalmente em relação ao discurso nacionalista.

Diferentemente do que foi constatado pela autora, os dizeres de Dom Aquino, ao se inscreverem nesse terceiro eixo, não só produzem sentidos de unidade linguística Brasil/Portugal, mas também produz uma constante recorrência às origens da língua portuguesa, ao latim. Essa característica a autora observou apenas no primeiro eixo, já referido trabalho, no qual a língua portuguesa do Brasil rompia com sua origem portuguesa, filiando-se diretamente ao latim.

Outro ponto interessante que observamos na discursividade de *Dom Aquino* é a não abertura às mudanças linguística que ocorriam tanto aqui no Brasil quanto em Portugal. Nos dizeres do presidente, a língua portuguesa deveria conservar-se, conforme sua origem latina.

Além disso, para legitimar seu dizer sobre a língua portuguesa enquanto língua nacional brasileira, D. Aquino “importa” o termo *pátria*, de sua função de substantivo em uma unidade de referência com sentidos estabilizados, sentidos de *nacionalismo*, tão em voga naquele contexto *pátria/nacional/Brasil* e o “transporta” a outro seguimento discursivo, *idioma/língua*, que naquele momento experimentava uma instabilidade de sentidos. Esse funcionamento, que é um efeito metafórico do interdiscurso, trabalha com a rede de sentidos: *pátria/Brasil, idioma pátrio, idioma do Brasil = língua portuguesa brasileira? Língua*

portuguesa? O direcionamento, a estabilização dos sentidos, vem na sequência, através do jogo metonímico a *língua da pátria, essa última flor do Lácio*. Assim, nesse gesto de interpretação sobre a língua nacional do Brasil, o sujeito intelectual mato-grossense institui e estabiliza sentidos.

V - ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS E OS SENTIDOS PARA A LÍNGUA NO SÉCULO XXI

1. Séculos XIX e XX: A Formação do espaço discursivo do Século XXI

Como já fora discutido neste trabalho, a partir da segunda metade do século XIX muitas ações de ordem política e institucional foram desenvolvidas, no sentido de se configurar uma identidade linguística para o país, recém-independente. Refletir sobre esses acontecimentos, assim como, refletir sobre o processo de imposição linguística imputada ao Brasil, por Portugal, nos deu condições para compreender os sentidos para a língua nacional, postos em circulação no gesto de fundação da Academia Mato-grossense de Letras, em Mato Grosso, no ano de 1921.

Considerando, conforme Orlandi (2008, p. 171), “[...] que em diferentes momentos da história as relações de poder se organizam e declinam de modo diferente em suas relações com a língua [...]” sentimos, neste momento, necessidade de refletir sobre os efeitos de sentido desse acontecimento, a fundação da Academia Mato-grossense de Letras, na prática discursiva dos acadêmicos mato-grossenses no século XXI, mais especificamente no ano de 2012, quando se comemorou 90 (noventa) anos de fundação da referida Academia. Para tanto, questionamos: Como e que sentidos para a língua nacional estão postos no discurso de comemoração dos 90 anos de fundação da Academia Mato-grossense de Letras?

Para refletir sobre esse assunto, compreendemos, conforme Orlandi, (2008), que, quando se trata de pensar as línguas, é necessário considerar as relações de poder que regem o seu funcionamento, pois é impossível pensar discursivamente uma língua fora de suas condições de produção, que são político-históricas. É nesse sentido que buscaremos compreender um pouco mais, o contexto sócio-histórico-ideológico que deu condições para produção do discurso acadêmico mato-grossense, que marcou a comemoração dos 90 anos da Academia Mato-grossense de Letras. Ou seja, os fatos e ações que marcaram o século XX e estão significando as práticas discursivas linguísticas do século XXI, tomando como espaço de observação esta edição da Revista.

Guimarães (1996), em seu trabalho, *Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: a gramatização brasileira*, argumenta que conhecer os fatos e ações desenvolvidos a partir do século XIX, nos permite refletir sobre o processo de gramatização do português brasileiro e conseqüentemente, sobre os efeitos de sentido que esses fatos/ações produziram, e ainda produzem, na relação do sujeito brasileiro com a língua portuguesa brasileira.

Para tanto, Guimarães (1996) destaca a fundação de instituições, a realização de estudos sobre o léxico, a produção de gramáticas e obras literárias, considerando que essas ações, desencadeadas pela produção linguístico-literária dos intelectuais brasileiros, estabeleceram o início do processo de gramatização da língua portuguesa em território brasileiro.

Segundo Guimarães (op. cit. 127), para alguns intelectuais daquela época, era “[...] tempo de demonstrar que o português que aqui se falava e escrevia era diferente do Português de Portugal”, e a publicação de *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, foi “[...] um marco para a dialetológica, já bastante desenvolvida, com trabalhos sobre diversas regiões brasileiras” (op. cit. 130).

Em relação à questão da variedade da língua, que passa a ser discutida naquele contexto, Orlandi (2008) nos diz que:

A unidade e variedade da língua praticada aqui não refere mais o português do Brasil ao de Portugal, mas a sua unidade e variedades existentes no Brasil. Muda o regime de universalidade da língua que passa a ter a sua referência no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (a indígena, a africana, a de imigração, etc.), aqui, em um novo espaço de comunicação (Auroux, 1994). A isto é que denominamos Historicização da língua. (ORLANDI, 2008, p.172).

Mas esse não era um pensamento unânime, pelo contrário, para um grupo de intelectuais, era o momento de buscar uma unidade linguística com Portugal, pois, segundo eles, falávamos a “mesma língua portuguesa” e, portanto, era necessário zelar pela sua “pureza clássica”.

Assim, Guimarães (1996) observa que, a despeito dessa realidade linguística do Brasil (a língua falada pelo povo não correspondia à língua escrita portuguesa), o início do século XX foi o período em que a tendência ao purismo clássico apareceu com mais força. Isso pode ser observado no caso da polêmica entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro, em torno da redação do Código Civil, em 1902, assim como nos acordos de 1932 e 1942, que visavam à unificação ortográfica, entre Brasil e Portugal. Enfim, essas duas tendências (unidade/purismo linguístico e diferença/independência linguística) marcaram os trabalhos produzidos (tanto no campo linguístico quanto no literário), ao longo do século XX e início do século XXI.

Dentre os fatos que significaram o processo de gramatização do português brasileiro, Guimarães (1996, p. 131) destaca ainda a fundação da Faculdade de Letras, “[...] que passou a constituir-se em espaço de pesquisa sobre questões de linguagem, que estava ligado

fundamentalmente a questões relacionadas a um padrão literário e ao ensino” e a discussão sobre que nome dar à língua do Brasil, nas décadas de 30 e 40, que culminou na elaboração de um Projeto de Lei²². É desse período também (1941), a publicação da primeira edição de *Princípios de Linguística Geral*, de Mattoso Câmara, em 1941.

Na segunda metade do século a publicação de *História da Língua Portuguesa*, de Serafim da Silva Neto (1952). Nesta obra, o autor relaciona a língua portuguesa à realidade política e cultural do Brasil, considerando inclusive a influência do Tupi no português popular do Brasil. (GUIMARÃES, 1996).

Na mesma década, Mattoso Câmara (1954), já influenciado por alguns estudiosos como Saussure e, em especial por Sapir – que compreendia a língua como parte da cultura de um povo – apresenta a segunda edição de *Princípios da Linguística Geral*. Um ano depois, Silveira Bueno (1955) publica a *Formação Histórica da Língua Portuguesa*, tratando das influências africanas e indígenas na dialeção no Brasil. (ibidem, p. 132).

O ano de 1958 é marcado por outro importante acontecimento para a história das ideias linguística do Brasil. O governo do Estado, através do Ministério da Educação, incumbiu uma Comissão de elaborar Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Concluída e publicada em 1959, a NGB conseguiu estabelecer uma terminologia única para as gramáticas brasileiras sem, contudo, ter uma teoria que a sustentasse adequadamente. Mesmo assim, de acordo com Baldini (1999), se um dos objetivos da NGB era padronizar a gramática brasileira, ele foi plenamente atingido, pois as gramáticas escolares, que se fizeram a partir daquela data, adotaram consistentemente tal nomenclatura.

Para Orlandi (2008), a produção de gramáticas, nesse processo de gramatização, passou a significar que:

Quanto ao conhecimento sobre a língua, representado nas gramáticas, já não é necessário para dar forma à identidade linguística brasileira, mas somente mantê-la em sua configuração. A gramática passa a ser um instrumento linguístico para distinguir os brasileiros que conhecem a língua corretamente e aqueles que não a conhecem (ORLANDI, 2008, p.176).

Mas, a questão dos dialetos brasileiros volta a aparecer em 1963, com a publicação do *Atlas prévio dos falares baianos*. Esse estudo, organizado por Nelson Rossi, foi elaborado dentro de uma perspectiva geográfica linguística. (ibidem, p.132).

O ano de 1965 é marcado pela publicação de *Uma Política do Idioma*, de Celso Cunha, defendendo a necessidade de buscar a unidade da Língua Portuguesa e pela inserção,

²² A esse respeito ver Dias (2001).

por decisão do Conselho Federal de Educação, da *Linguística* no currículo mínimo dos cursos de letras.

Outro passo importante, em direção ao desenvolvimento dos estudos linguísticos no Brasil, foi dado, em 1966, quando se criou o curso de pós-graduação em linguística da USP e, em 1971, quando se criou o da Unicamp.

Nesse entremeio, em 1968, Celso Cunha publica *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, onde reaparece a questão de unidade do português. Segundo Guimarães (ibidem, p.132), nos anos seguintes ele publica *Uma gramática do Português Contemporâneo* (1970). Essa mesma obra reaparece, com certas modificações, em 1985, com o nome de *Nova Gramática da Língua Portuguesa*.

O autor revela ainda que, com a contribuição de estudos linguísticos, nas últimas décadas do século XX, começaram a aparecer vários trabalhos (teses, artigos e livros) na área da Semântica, Sociolinguística (descrevem variantes regionais brasileiras bem como as especificidades do português do Brasil), da Linguística Histórica, Análise do Discurso, Pragmática, etc., que analisavam os vários aspectos do português e, em especial as especificidades do português do Brasil. Para Guimarães (1996, p. 137) “[...] a produção com aporte teórico metodológico faz cair ou diminuir a militância em favor do purismo”.

No entanto, as ações, no sentido de buscar a unidade linguística com Portugal, continuam a ocorrer no Brasil. É o que podemos observar ao nos reportarmos a 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal do Brasil, declarando em seu Art. 13 que, “[...] a língua portuguesa é a língua oficial da República Federativa do Brasil”. Nesse processo, quando se estabelece que no Brasil se fala uma única língua, o português, se apaga as demais línguas em circulação.

Dois anos depois, em 1990, representantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, assinaram em Lisboa (Portugal), um novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com o objetivo de constituir vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, argumentando que:

A existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa, a lusitana e a brasileira, tem sido considerada como largamente prejudicial para a unidade intercontinental do português e para o seu prestígio no Mundo. [...] Neste sentido importa, pois, consagrar uma versão de unificação ortográfica que

fixe e delimite as diferenças actualmente existentes e previna contra a desagregação ortográfica da língua portuguesa²³.

No Brasil, esse acordo foi aprovado em 1995, conforme Decreto Legislativo nº 54, mas como aguardava a ratificação de Portugal (que só ocorreu em 2008), só entrou em vigor em 2009, conforme Decreto 6.583 de 29/09/2008.

Em relação a essas discussões sobre a unificação da língua portuguesa, Guimarães (1996, p. 135), reflete que:

[...] nas discussões sobre a unificação do Português, nas quais se envolve, inclusive a Academia Brasileira de Letras, vamos ver que há neste nível uma tentativa de tratar a unidade do Português de Portugal e do Brasil, sob o pretexto da necessidade de troca cultural entre estes países (e os demais países de Língua Portuguesa). Ou seja, vemos que falam o português. Vemos que a questão da língua escrita é um lugar de resistência desta posição de significação política da unidade para muitos estudiosos.

Em 1997, o governo lança os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Entres os objetivos proposto para o ensino de língua portuguesa o documento recomenda que ao longo dos oito anos do ensino fundamental o aluno deverá ser capaz de:

[...] utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam e conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português Falado (BRASIL, Secretaria de Ensino Fundamental, 1997, p. 33).

Segundo Bisinoto (2007, p. 26), medidas como essa começaram a serem tomadas porque,

Na atualidade, as dicotomias igualdade/diversidade, inclusão/exclusão, justiça/iniquidade constituem pauta obrigatória dos grandes debates nacionais – então apenas no Brasil – sobre a educação, o que inclui de forma destacada o ensino de língua. Não se pode prescindir da gestão política das desigualdades lingüísticas (diversidade e variedade), sobretudo depois que os estudos se voltaram para os usos concretos da língua e se intensificaram as investigações sobre as relações entre língua e sociedade.

Diante desse novo contexto sócio-político, as instituições passaram a buscar na teoria da linguística contemporânea, os fundamentos a partir dos quais passaram a definir o modo

²³ Anexo II do Acordo Ortográfico de 1990, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/.../D6583.htm.

como as instituições e os sujeitos deveriam se relacionar com as línguas em circulação na sociedade. E assim, “[...] respeitar as diferenças parece ser o que tem a dizer o jurídico sobre as variedades da língua no Brasil”.

Esse modo de conceber a relação do sujeito e a língua, ou as línguas em circulação na sociedade, é para, Pêcheux e Gadet (1997) mais um reflexo de uma contradição – que aparece sob múltiplas formas – constituída no embate entre duas tendências que tem dominado a história da Linguística – o logicismo e o sociologismo. Para esses autores, desde a pré-história, a luta entre essas duas tendências, tem produzido efeitos, pois em seu funcionamento:

[...] o logicismo (e sua forma ligada, o formalismo) pode se opor ao sociologismo (e sua forma ligada, o historicismo) em primeiro lugar por meio dos termos da antiga querela entre natureza e convenção. Onde o logicismo procura universais (escolásticos, em seguida racionalistas), o sociologismo faz aparecer uma dispersão e uma alteridade no espaço e no tempo. Onde o logicismo enuncia leis e constrói uma teoria gramatical, o sociologismo efetua uma descrição, fazendo um estudo empirista dos dados (PÊCHEUX e GADET, 1997 p.7).

Assim formuladas, essas tendências (o logicismo e o sociologismo) constituem uma negativa do político, já que em uma “[...] o político é apagado porque não se fala do social e do histórico e na outra, ele é apagado, falando-se do social e do histórico”. (ORLANDI, 2007, p. 57). Ou seja, essas tendências, cada uma a seu modo, recobrem a questão do Estado.

[...] o logicismo o faz considerando as determinações jurídico-políticas inscritas no funcionamento do Estado como se se tratassem de propriedades psicológicas e morais inerentes a uma natureza humana universal e eterna; e o sociologismo recobre a questão do Estado substituindo a análise das relações de produção por uma teoria das relações interindividuais (status, prestígio, atitude, motivação etc.), trabalhando com relações de parentesco, de idade, de sexo, de raça, de nível de cultura, etc. (ORLANDI, 2007, p.58).

Não obstante a isso, vemos mundo a fora, o desenvolvimento da vertente sociologista através do discurso do multilinguismo, do “respeito às diferenças e diversidade”. De acordo com Orlandi (2007, p. 59), isso ocorre porque os Estados precisam construir uma unidade imaginária e, “[...] a língua oficial é um dos lugares de representação dessa unidade e soberania em relação a outras nações”. No entanto, diante da globalização, já não é possível ignorar a multiplicidade de línguas (indígenas, línguas de imigração, falares regionais, etc.) em circulação no país,

No final do século XX e no início do séc. XXI há um recrudescimento do discurso sobre a língua, ou sobre as línguas. Baixo a ideologia do culturalismo – que liga automaticamente língua e cultura – prioriza-se o multilinguismo e as populações minoritárias, ou assim chamadas, passam à frente da cena, com a globalização, e a implementação de novas tecnologias, há um desenvolvimento enorme de tecnologias da escrita e um investimento forte na quantidade de informação, que circula abundantemente por todo lugar. Com isso pretende-se apagar as diferenças sócio-históricas, levar o conhecimento a todos e visa-se expandir a potencialidade das múltiplas línguas (ORLANDI, 2007, p.58).

Aqui no Brasil, esse modo de pensar a relação do sujeito com a língua oficial e as línguas em circulação no país, assim como o ensino da língua, fragilizou aqueles que ainda “[...] defendiam o modelo clássico do início do século XX, bem como gramáticos de gramáticas escolares que ainda se pautam por dar como norma textos clássicos” (GUIMARÃES, 1996, p. 135). Contudo, não significa o fim das contradições nos discursos sobre a língua do/no Brasil. A tendência ao purismo linguístico e ao “respeito à diversidade/variedade linguística” – presente em todo território brasileiro – se revezam nas práticas linguísticas do século XXI.

Em relação ao purismo, Mendonça (2006)²⁴ verificou que, na passagem do século XX para o século XXI, sobressaiam-se no Brasil dois tipos de purismo linguístico – o purismo nacionalista e purismo neoliberal²⁵. De acordo com a autora, o purismo nacionalista evidenciou-se na “[...] luta contra os estrangeirismos no Brasil do final do século XX e início do século XXI” (op. cit., p.45). Para estes puristas (escritores e gramáticos) é necessário preservar a norma prescritiva, sendo que:

O escritor se constitui na relação com o purismo nacionalista e com o saber gramatical tradicional. Já os gramáticos, na luta para manter valorizado seu *lugar de dizer a língua*, mantêm um diálogo com a tradição gramatical purista e com a linguística, de forma a modernizar os instrumentos linguísticos (MENDONÇA, 2006, p.06).

Já no purismo neoliberal “[...] temos uma *paráfrase* de discursos presentes na tradição gramatical (que privilegia a correção, a clareza, em suma, o “bom uso” da língua) *adequada ao contexto de produção do discurso* [...]”. (op. cit., p. 65).

²⁴ Mendonça (2006) – *A luta pelo direito de dizer a língua: a linguística e o purismo linguístico na passagem do século XX para o XXI* – tese de doutorado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp – Campinas, SP.

²⁵ *Purismo nacionalista e Purismo neoliberal* – denominações dadas pela autora Mendonça (2006).

Ou seja, para a autora o purismo neoliberal “[...] advoga – frente ao “salve-se quem puder” ou ao “é agora sua grande chance” – a necessidade de limpar os “erros” da fala e da escrita da classe média, que quer ter sucesso econômico ou acesso aos bens produzidos pelo mercado” (op. cit., p.64).

Consideramos, entretanto, que esses fatos são efeitos do processo de “[...] gramatização brasileira do português, que tem em si um efeito contraditório que inclui o efeito imaginário de que no Brasil não se fala corretamente” (GUIMARÃES, 1996, p. 137).

Ao mesmo tempo, compreendemos que esse efeito e sentidos outros que intervêm nos discursos sobre a língua nacional brasileira, só são possíveis por uma memória – memória da colonização brasileira, de uma língua portuguesa outra – pois, “[...] quando pensamos o Brasil, não podemos deixar de pensar as condições histórico-políticas e sociais da colonização a que fomos submetidos”. (ORLANDI, 2009, p. 171).

Ainda de acordo com Orlandi (op. cit. p. 09) esta é “[...] a força de uma materialidade de uma história que se impõe a nossa história”. Por isso, a produção linguística e literária desenvolvida ao longo do processo de gramatização, que a autora chama de descolonização, “[...] é uma luta por sentidos, por posições de onde dizer à língua que temos: língua materna, língua vernacular, língua oficial, língua nacional, língua comum [...]”. E nesse processo de busca pela língua, que se busca também o sujeito e o espaço de significação que é nosso. (op. cit. p. 10).

Assim, para Orlandi, (2009, p.191), a despeito de todo conhecimento acumulado sobre a história da nossa língua, essa questão (que língua falamos?) continua sendo “[...] irrespondível, ou pelo menos, imprevisível” porque:

[...] o nome da língua depende não só de argumentos que tragam a marca da objetividade ciência, mas depende de uma conjuntura histórica mais ampla e política. Precisa se constituir em um acontecimento discursivo politicamente significado. Em suma, é uma questão de poder. São as instancias de poder que podem nomear a língua oficialmente. Questão de poder, questão de identidade, questão de memória e, portanto, de ideologia e de inconsciente. (ORLANDI, 2009, p. 191).

É a partir dessas considerações que buscamos compreender o discurso acadêmico mato-grossense do século XXI.

2. Língua nacional – o discurso acadêmico mato-grossense na contemporaneidade

O ano de 2012 foi significativamente importante para os acadêmicos Mato-grossenses, pois foi o ano em que se comemorou os 90 anos de existência da Academia Mato-grossense de Letras.

Para marcar a ocasião os acadêmicos mato-grossenses organizaram uma série de eventos como palestras, apresentações de grupos musicais e declamações de poesia, lançamento de álbum comemorativo e, finalizando as comemorações do nonagenário da Instituição, o lançamento da *Revista da Academia Mato-grossense de Letras – Comemorativa dos 90 anos*.

Nessa Revista comemorativa, composta por artigos produzidos por membros efetivos da Academia, chamou-nos a atenção o artigo *Academia Mato-grossense de Letras e seu Lema*, escrito pela então presidente da Instituição, a acadêmica Nilza Queiroz Freire.

Isso porque, consideramos que, dada as especificidades das condições de produção da revista – comemoração dos noventa anos da Academia Mato-grossense de Letras – a menção ao *lema da Academia*, já faz intervir uma memória – a memória dos “fins e objetivos” desta Instituição, postos em circulação pelos seus membros fundadores, nas primeiras décadas do século XX.

Assim, compreendemos que dizeres como – *lema, missão, objetivos postulados máximo*, quando relacionados às academias literárias, além de mobilizar uma memória (a acadêmica), revelam o funcionamento da ideologia e da historicidade que vem, ao longo da história, significando as práticas desta instituição. Ou seja, são formulações diferentes para o mesmo dizer, sedimentado nas redes de filiação históricas que organizam o dizível sobre as instituições acadêmicas – *zelar, cultivar, dar regras para a língua/nacional/vernáculo e torná-la pura e eloquente [...]*.

Isso nos leva a compreender essa discursividade como um gesto de interpretação que se faz entre a memória institucionalizada (o arquivo) e os efeitos de memória (o interdiscurso). E, nesse caso, esse discurso acadêmico tanto pode estabilizar, quanto deslocar sentidos. (ORLANDI, 2010).

Mas, como se pode observar nos recortes abaixo, nessa materialidade *A Academia Mato-grossense de Letras e seu Lema (2012)*, predomina a repetição empírica (mnemônica). Ou seja, o discurso acadêmico mato-grossense do século XXI, sobre a academia, a língua, estado, etc., é uma repetição dos dizeres proferidos por *Dom Aquino*, durante a cerimônia de fundação da Academia Mato-grossense de Letras, em 1922. Dessa forma, compreendemos

que, nesse processo discursivo, os dizeres de *Dom Aquino* funcionam como uma garantia de legitimidade dos sentidos que a Academia Mato-grossense de Letras quer retomar, estabilizar.

Vejamos o primeiro recorte:

Ninguém melhor para explicar **nosso** lema, que seu próprio criador, o Acadêmico-Arcebispo Dom Aquino Corrêa (FREIRE, 2012, p.12).

A partir do recorte acima, compreendemos que nesse enunciado, o funcionamento do pronome possessivo *nosso*, faz intervir sentidos de que o discurso contemporâneo sobre a Academia Mato-grossense Letras, *apropria, aceita, comunga* com o *lema* instituído para esta instituição, por ocasião de sua fundação. Ao mesmo tempo, ao citar nome do autor do *lema da Academia, Dom Aquino Corrêa*, a atual presidente da instituição, “[...] manifesta a ocorrência de um certo conjunto de discurso, e refere-se ao status desse discurso no interior de uma sociedade e de uma cultura” (FOUCAULT, 1969, p.13). Ou seja, ao citar o nome do autor, a acadêmica mato-grossense, significa, valoriza, faz intervir sentidos de verdade ao dizer.

Isso porque, esse enunciado faz funcionar uma memória, uma história. Memória da fundação da Academia Mato-grossense de Letras, de *Dom Aquino Corrêa*, seu membro fundador mais ilustre e, principalmente, memória dos sentidos postos em circulação no momento de fundação da Academia Mato-grossense de Letras.

É importante considerar ainda que, naquele momento sócio histórico, o de fundação da Academia mato-grossense de Letras, a criação dessa instituição estava intrinsecamente ligada ao processo de constituição de uma língua nacional brasileira. Por isso, compreendemos que, os dizeres de *Dom Aquino Corrêa*, naquela ocasião, produziram efeitos sobre a instituição acadêmica e sobre a língua nacional, como podemos observar no enunciado abaixo.

Frisemos apenas o seu postulado máximo – o cultivo do vernáculo (FREIRE, 2012, p.13).

Noventa anos depois, a despeito de todo conhecimento acumulado sobre a língua brasileira e sua história, *o cultivo do vernáculo* continua sendo, segundo a atual presidente da Academia Mato-grossense de Letras, a missão da Academia Mato-grossense de Letras. Ou seja, a Academia Mato-grossense de Letras põe em circulação, na atualidade, sentidos instituídos e estabilizados para a língua nacional no início do século XX. Está prática é, para nós, uma gestão institucional de uma memória. A memória de arquivo (aquela que nunca esquece) e, neste caso, a memória de uma língua *vernácula* que, no atual contexto sócio

histórico, no qual os sentidos de inclusão e respeito às diferenças/diversidades linguísticas predominam, significa as contradições históricas e ideológicas do processo de constituição da língua nacional brasileira.

No recorte abaixo, o discurso acadêmico mato-grossense contemporâneo, repete as orientações dadas por *Dom Aquino*, em 1922, em relação à escrita literária.

Seja, pois, aspiração primordial do Centro Mato-grossense de Letras e da ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS, o esmero da linguagem, sem o que não há, nem pode haver beleza literária. Estudemos carinhosamente o vernáculo [...] (FREIRE, 2012, p.13).

Observamos nesse recorte que, mais uma vez, o discurso acadêmico do século XX, agora repetido no século XXI, dá ênfase à missão do Centro Mato-grossense de Letras: *o esmero da linguagem, o estudo do vernáculo*, como condição para *a beleza literária*. Compreendemos que esses dizeres, são efeitos do discurso Parnasiano do final do século XIX e início do século XX, e como tal, eles constituíram, no século XX, sentidos para a língua *vernácula*, já que o movimento parnasiano foi uma reação aos *descuidos linguísticos* dos escritores românticos. Mas, hoje, com sobreposição do *conteúdo* (em relação à *forma*) e a predominância do multilinguismo, esses dizeres tornaram-se anacrônicos e os sentidos contraditórios.

Por fim, a acadêmica, Nilza Queiroz Freire, finaliza sua exposição sobre o *lema* da Academia Mato-grossense de Letras, resumindo:

Devemos evocar: a beleza da forma de se expressar; o estudo do vernáculo, isto é, da Língua Portuguesa, para que seja pura, sem estrangeirismo [...]. (FREIRE, 2012, p.16).

Observamos nessa formulação, que a acadêmica mato-grossense, enfim, marca sua autoria nos dizeres sobre a Academia Mato-grossense de Letras. O uso da expressão: *devemos evocar [...]*, assim como os dizeres: *isto é, da Língua Portuguesa e sem estrangeirismo*, interrompe a série de repetições dos dizeres do arquivo acadêmico mato-grossense, para introduzir dizeres outros (*isto é, da Língua Portuguesa, sem estrangeirismo*) apreendidos no entrecruzamento da memória discursiva e da memória institucional. E neste caso, ao orientar que a língua portuguesa deve ser praticada sem *estrangeirismo*, a acadêmica contradiz o modo de formular que marcou os dizeres de Dom Aquino. Ou seja, uso de palavras estrangeiras, principalmente, o uso do latinismo.

Isso significa, conforme Foucault (1969), que a acadêmica está se projetando no texto, fazendo aproximações e exclusões. E dessa forma, a autora significa seus dizeres e se significa.

Em relação à língua, entendemos que o uso da conjunção explicativa *isto é* em *:estudo do vernáculo, isto é, da Língua Portuguesa*, funciona à medida que se deseja explicitar/controlar um determinado sentido, aquele que a instituição quer estabilizar, para o termo *vernáculo*. É interessante observar ainda que, se houve necessidade de explicar, relacionar o termo *vernáculo* a *língua portuguesa*, é porque, conforme Orlandi (2009), a questão referente à que língua falamos, ainda não é uma questão finalizada na história de nossa língua.

VI- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos este estudo, tínhamos como objetivo refletir sobre o discurso acadêmico mato-grossense da primeira metade do século XX, período em que foi fundado o Centro Mato-grossense de Letras, e compreender como e que sentidos o discurso acadêmico mato-grossense instituiu para a língua portuguesa no Brasil, durante o processo de constituição da língua nacional brasileira.

Para cumprir esse objetivo, procuramos compreender a discursividade da e sobre a língua portuguesa no Brasil, desde o início da colonização portuguesa em território brasileiro, observando que os sentidos de uma língua portuguesa pura, civilizada - que ainda permeiam os discursos sobre a língua no Brasil - fundamentam-se no discurso do Marquês de Pombal. Ou seja, os sentidos instituídos pelo *diretório* do Marquês de Pombal, se expandiram como modelo de política linguística e definiu a língua portuguesa como padrão de civilidade.

Em relação às academias científicas literárias, mostramos que os sentidos (derivados, retomados, deslocados), atribuídos a esta instituição— desde a Grécia Antiga, quando o termo era utilizado para designar uma comunidade de discípulos de Platão, até o século XX, quando é significada como instituição responsável pelo cultivo da língua e da literatura, foi se constituindo ao longo dos tempos, até se institucionalizar e se naturalizar.

E, embora o discurso acadêmico francês tenha surgido no século XVII, foi a partir da prática das academias francesas— a Académie Française (1635) e Académie des Inscriptions et Belles-Lettres (1663) – criadas sob a inspiração do iluminismo e do absolutismo europeu, que as instituições acadêmicas passaram a dedicar-se ao cultivo da razão, do método e da ordem do idioma. Concluimos assim, que a ideologia desse movimento acadêmico, constituiu a memória e o imaginário do sujeito intelectual português e, por extensão, do sujeito intelectual brasileiro e mato-grossense, no período de constituição e institucionalização da língua nacional brasileira.

Em outras palavras, o funcionamento discursivo em circularidade, que caracterizou as instituições acadêmicas literárias como *espaço de produção e disseminação de saberes sobre a língua e a literatura nacional de um país/nação*, constituiu o discurso dos primeiros acadêmicos brasileiros (Academia Brasílica dos Esquecidos e Academia Brasílica dos Renascidos), dos acadêmicos da Academia Brasileira de Letras e também foi constitutivo do percurso argumentativo que permitiu ao sujeito-intelectual mato-grossense interpretar o

momento histórico que o Brasil vivia – de constituição da língua nacional – e fundar o *Centro Mato-grossense de Letras*.

Nesse processo, a fundação do *Centro Mato-grossense de Letras* significou a polêmica existente sobre a língua que se falava ou deveria se falar no Brasil (Português brasileiro/português lusitano) e deu ênfase ao papel da instituição acadêmica literária/ elite política-intelectual, no processo de constituição e institucionalização de uma língua nacional. Da mesma forma, o discurso dos acadêmicos mato-grossenses significou o *Centro Mato-grossense de Letras* como a única instituição, naquele espaço-tempo, com legitimidade para deliberar sobre a língua, a literatura e suas práticas, tornando-se assim, uma das mais importantes instituições fomentadoras das atividades sócio- culturais realizadas em Mato Grosso, durante a primeira metade do século XX.

Nossas análises mostraram ainda que, com a fundação do Centro Mato-grossense de Letras, os intelectuais mato-grossenses, na função autor, produzem atas, estatutos, palestras, discursos, etc., que configura um arquivo acadêmico sobre a língua/literatura, o sujeito, enfim, sobre o Estado-região. Com esse gesto, eles organizam/controlam e estabilizam os sentidos do cidadão mato-grossense, sobre a língua/literatura, o sujeito e o Estado-região.

Nesse espaço discursivo, o estudo/domínio a língua *vernácula* é colocado como o modo de acesso à “cultura”, à “civilização”. Contudo, nossas análises mostraram que essa língua *vernácula* não é qualquer uma. Os sentidos postos em circulação para a expressão *língua vernácula*, são sentidos instituídos para uma língua gramatizada e institucionalmente legitimada. São sentidos constituídos para a língua *portuguesa*, a *língua do Príncipe*, capaz de *destrair o povo da barbárie*, imposta ao Brasil, através do diretório do Marquês de Pombal.

Assim, o sujeito intelectual mato-grossense, ao dizer a língua para Mato Grosso, o faz a partir de sua inscrição em um espaço sedimentado do dizer sobre a língua. Ele o faz a partir do dizer do colonizador sobre a língua portuguesa no Brasil. Os intelectuais mato-grossenses se apropriam *da língua vernácula portuguesa*. Esta, a língua portuguesa, é para esses intelectuais, o “nosso vernáculo”, a “língua materna”, enfim, “a língua nacional” brasileira.

Nesse processo discursivo, os dizeres dos intelectuais mato-grossenses, sobre a língua/literatura, o sujeito e o estado/região, são marcados por equívocos e contradições, já que buscam construir uma identidade própria (da região), expressa pelos *costumes e tendências regionalistas*, através da *língua vernácula e da literatura nacional*. Ou seja, o discurso dos intelectuais mato-grossenses joga com sentidos contraditórios, em relação à *cultura e civilização, língua vernácula e língua portuguesa*, do/para o povo mato-grossense.

Consideramos que, dadas àquelas condições de produção - início do século XX, país recém-liberto, processo de constituição de uma identidade nacional - essas contradições eram constitutivas daquele sujeito nacional brasileiro e, por conseguinte, do processo de formação da língua nacional brasileira.

Assim, considerando, conforme Orlandi (2008, p. 171) “[...] que em diferentes momentos da história as relações de poder se organizam e declinam de modo diferente em suas relações com a língua [...]”, sentimos necessidade de refletir sobre os sentidos para a língua nacional, postos em circulação pela Academia Mato-grossense de Letras, hoje, século XXI. Consideramos para esta reflexão, que no decorrer desses últimos 90 anos (da fundação do Centro Mato-grossense de Letras até ano de 2012), houve um significativo avanço das ciências, especialmente na área da linguagem, que alteraram significativamente o modo do sujeito se relacionar consigo mesmo, com o outro, e consequentemente com as línguas em circulação na sociedade.

No Brasil, a introdução da Linguística, a partir dos anos 60, possibilitou a produção conhecimentos sobre a língua portuguesa, especialmente sobre a variedade do português no Brasil. Assim, “[...] há um acúmulo de conhecimentos produzidos sobre a língua em nossa história, assim como há um acúmulo de conhecimento sobre diversas teorias que já permitem nos instalar em nosso momento para repensar a questão de nossa língua” (ORLANDI, 2009, p. 190).

Contudo, nossas análises do material posto em circulação pela Academia Mato-grossense de Letras, através da *Revista da Academia Mato-grossense de Letras – Comemorativa dos 90 anos* (2012), mostram que o discurso acadêmico mato-grossense, sobre a língua nacional brasileira, é uma repetição empírica (mnemônica) do discurso acadêmico mato-grossense do início do século XX. A Academia Mato-grossense de Letras, ainda tem como missão o *cultivo da língua, o zelo pela sua pureza, pelo esmero da linguagem e pela beleza da forma*.

Diante disso, compreendemos que a Academia Mato-grossense de Letras, no século XXI, busca manter, estabilizar os sentidos para a língua *vernácula portuguesa*, postos em circulação no início do século XX. Ou seja, a Academia não participa do processo de descolonização linguista que tem acontecido no Brasil desde a segunda metade do século XIX, quando, pelo processo da gramatização do português no/no Brasil, deu-se início à constituição da língua portuguesa brasileira.

A Academia Mato-grossense de Letras, enquanto instituição, continua sendo o lugar de legitimação, manutenção e reprodução de sentidos já dados para a língua portuguesa do Brasil. Sentidos constituídos durante a colonização brasileira, mas que intervêm na contemporaneidade por uma memória, a memória de arquivo, aquela que não esquece. E assim, assinala mais uma vez as contradições constitutivas da história de nossa língua e evidencia que, Orlandi (2009), a questão referente à que língua falamos, ainda não é uma questão esgotada na história de nossa língua, em nossa história.

VII- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Eliana de. *Folhetim: uma crônica da língua*. Tese de Doutorado – Unicamp-Campinas, SP, 2006.

ALBUQUERQUE, Judite Gonçalves de; COX, Maria Inês Pagliarini. “A polêmica entre separatistas em torno da Língua do Brasil na segunda metade do século XIX”. *Polifonia* - Departamento de Letras do Instituto de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso. Ano 4. Nº 03. Cuiabá, MT: Editora Universitária, 1997.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1992.

CORRÊA, D. Aquino (1921). “À Maneira de Prefácio – o belo nas Letras”. In: *Poética Terra Natal*. Vol. I. Tomo II. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985.

_____. “Sedes Brasileiros!” Dom Francisco de Aquino Corrêa – *Discursos* Vol. II. Tomo I, Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1985.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil* – Introdução. 7ª ed. – São Paulo: Global, 2004.

FREIRE, Nilza Queiros. “Academia Mato-grossense de Letras e seu Lema”. In: Nilza Queiroz Freire e Elizabeth Madureira Siqueira (Orgs.). *Revista Mato-grossense de Letras Comemorativa dos 90 anos*, Cuiabá, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira – Leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A gramatização Brasileira”. In: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi (Orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. “Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil”. In: Eni P. Orlandi (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres-MT: Editora da Unemat, 2001.

_____. “Apresentação – Identidade Linguística”. In: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi (Orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. “Enunciação e política de línguas no Brasil”. In *Revista LETRA – Espaços de Circulação da Linguagem*, nº 27. Disponível em <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras27.html>.

MARIANI, Bethânia. “Academias do século XVIII – Um certo Discurso sobre a História”. In: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi (Orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *O Comunismo Imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de Doutorado, (Unicamp) Campinas, SP: [s.n.], 1996.

MATOS, Fabiana Santos; CARDOSO, João Escobar. “A retórica clássica e os primórdios da historiografia da literatura brasileira”. In: *Anais Eletrônicos do IV Seminário Nacional Literatura e Cultura São Cristóvão/SE*: GELIC/UFS, 2012. Disponível em: http://200.17.141.110/senalic/IV_senalic/textos_completos_IVSENALIC/TEXTTO_IV_SENALIC_32.pdf.

MENDONÇA, Marina Célia. *A luta pelo direito de dizer a língua: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP: [s.n.], 2006.

MISSIO, Edemir. *Acerca do conceito de Dissimulação Honesta de Torquato Accetto*. Tese de Doutorado, (Unicamp) Campinas, SP: [s.n.], 2004.

NAÇÃO MESTIÇA. *Movimento pardo-mestiço brasileiro*. Disponível em: http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em 10 ago. 2011.

NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

NUNES, José Horta. “Manifesto Modernista: a identidade nacional no discurso e na língua”. In: Eni Puccinelli Orlandi (Org.) *Discurso Fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni. “Identidade Linguística” In: Eduardo Guimarães e Eni Puccinelli Orlandi (Org.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. *Discurso e Texto: formação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Língua e Conhecimento Linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. “Apresentação”. In: *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Eni P. Orlandi (Org.). Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Editora da Unemat, 2001.

_____. “Vão Surgindo os sentidos”. In: *Discurso Fundador – A formação do país e a construção da identidade nacional*. Eni P. Orlandi (Org.). 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. “Ler a cidade: Arquivo e memória”. In: *Para uma enciclopédia da cidade*. Eni P. Orlandi (Org.). Campinas, SP: Pontes, Labeurb /Unicamp, 2003.

_____. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. *Terra à vista – Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 9 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. “Educação em direitos humanos: um discurso”. In: *Discurso em Análise: sentido e ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. “Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação”. In: *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PAGOTTO, Emilio G. “Gramática e normatização: entre o discurso polêmico e o científico”. In: *História das Ideias Linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Eni P. Orlandi (Org.). Campinas, SP: Pontes Editores; Cáceres, MT: Editora da Unemat, 2001.

PAROLIN, Inês. *A nação em A Violeta: um roteiro de leitura*. Dissertação de Mestrado (Unicamp) Campinas, SP: [s.n.], 2003.

_____. “A Violeta e a Literatura nos anos iniciais do século XX: mundo-natureza e mundo-imagem em disjunção”. In: Maria Inês Parolin e Eliana de Almeida (orgs) *Fronteiras de sentidos & Sujeitos nacionais*. Cáceres, Fapemat; Campinas, SP: Editora RG, 2012.

PAYER, Onice. *Memória da língua: imigração e nacionalidade*. São Paulo: Ed. Escuta. 2006.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1988

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 6 ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2012.

_____. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Françoise Gadet; Tony Hak. (Orgs.) Tradução Bethania S. Mariane... [et al] – 4 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

_____. “Ler o arquivo hoje”. In: Eni P. Orlandi. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

_____. “Papel da Memória”. In *Papel da Memória*. Achard, P. (Org.). Trad. e Introdução: José Horta Nunes. 3ª Edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. “Metáfora e Interdiscurso”. In *Análise de Discurso – Michel Pêcheux Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PEVSNER, Nikolaus. *Academias de Arte – passado e presente*. Trad. Vera Maria Pereira; coord. Sérgio Miceli. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. “Língua Nacional no Espaço das Polêmicas do Século XIX/XX”. In: Eni Puccinelli Orlandi (Org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes Editores; Cáceres, MT: Editora da Unemat, 2001.

_____. “Retórica: sujeito e Escolarização”. In: Eni P. Orlandi e Eduardo Guimarães (orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização da ideias linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2002.

PESSOTI, Bruno Casseb. *Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional nos setecentos luso-brasileiro*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

PINTO, Edith Pimentel. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, I – 1820/1920, fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e científicos; São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

Revista do Centro Mato-grossense de Letras – Ano 1922 –Ano I N^o 1. Disponível em: <http://www.issuu.com/portal_mato_grosso>. Acesso em 13 jul. 2011.